

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA

MBA EM NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

CLAUSSIA NEUMANN DA CUNHA

**A EMERGÊNCIA DOS BRIC NO CENÁRIO INTERNACIONAL**

Porto Alegre

2010

**CLAUSSIA NEUMANN DA CUNHA**

**A EMERGÊNCIA DOS BRIC NO CENÁRIO INTERNACIONAL**

Monografia apresentada ao curso de especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Negócios Internacionais, pelo MBA em Negócios internacionais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fagundes Vizentini.

Porto Alegre

2010

*Dedico esta monografia às pessoas que caminham  
em busca da concretização de seus sonhos.*

## AGRADECIMENTOS

É sempre difícil após a conclusão de um trabalho encontrar as palavras apropriadas que possam expressar a gratidão a todos aqueles que auxiliaram diretamente e indiretamente na sua elaboração. Ainda assim manifesto meu sincero reconhecimento às seguintes pessoas:

Ao Dr. Paulo Fagundes Vizentini, meu orientador, que com sua dedicação e paciência auxiliou-me na estruturação deste trabalho ao longo de toda pesquisa e desenvolvimento.

Ao Coordenador Dr. Marcelo Machado e demais professores do MBA de Negócios Internacionais de pelos conhecimentos transmitidos durante o curso.

À minha avó Lidwina Holz Neumann, meu tio Viro Neumann , minha madrinha Jussara Maria da Cunha pelo incentivo incondicional durante mais esta caminhada.

Um agradecimento especial aos meus pais Claudio da Cunha e Anísia Maria Neumann da Cunha pelo apoio emocional, por acreditarem no meu futuro profissional, e por entenderem a importância da realização deste trabalho, vocês são a luz da minha vida.

Ao meu namorado Tywilliam Guzenski Pacheco pelo amor e compreensão durante estes meses.

Aos amigos, familiares, e todos aqueles que contribuíram de alguma forma para o bom êxito deste trabalho, meu muito obrigada a todos.

Por fim, agradeço a Deus por iluminar os meus caminhos.

“Os heróis e os líderes são pessoas que tentaram, fracassaram e tiveram a coragem de inúmeras tentativas até alcançarem o sucesso pleno.” (Wladimir Lima)

## RESUMO

Argumenta-se neste trabalho a importância que o paradigma estabelecido pelos BRIC representa para as Negociações Internacionais, destacando o papel estratégico que estas quatro Nações possuem neste ambiente de competitividade global. Serão estudados os aspectos fundamentais das relações e ações competitivas dos BRIC na agenda internacional, como uma aliança estratégica que visa à cooperação, com foco para uma maior inserção no cenário internacional. O objetivo deste trabalho está no enfoque da análise das estratégias de crescimento internacional dos chamados BRIC, em suas mais distintas áreas e territórios, sua evolução desde a elaboração do termo por Jim O'Neill<sup>1</sup>, sua contribuição para o desenvolvimento dos países inseridos e sua possível influência na elaboração de um novo bloco capaz de alterar as relações internacionais dando atenção especial às suas relações no comércio internacional e a possibilidade de criação efetiva do bloco. Por fim, apresentam-se as respostas – na teoria e na prática – aos desafios, bem como as perspectivas futuras de cooperação e crescimento do grupo BRIC na nova ordem internacional que está emergindo no século XXI.

Palavras Chave: BRIC, Cooperação internacional, países emergentes, nova ordem internacional

## ABSTRACT

This paper highlights the importance of paradigm established by BRIC stands for International Negotiations, highlighting the strategic role that these four Nations have in this environment of global competitiveness. The fundamental aspects of relationships and actions of the BRIC competitive on the international agenda, as a strategic alliance aimed at cooperation, with focus towards greater integration in the international arena, will be detailed. The objective of this study is focused on the international growth strategies analysis of BRIC, its most distinct areas and territories, its evolution since the establishment of the term by Jim O'Neill, his contribution to the development of countries entered and its possible influenced the drafting of a new group capable of changing international relations, giving special attention to their relations in international trade and the possibility of creating an effective group. In conclusion, the answers are presented – both in theory and in practice – to the challenges as well as the future prospects for cooperation and growth of the BRIC group in the new international order that is emerging in the twenty-first century. Keywords: BRIC, international cooperation, countries emerging, new international order.

---

<sup>1</sup> Jim O'Neill é um economista inglês que ocupa atualmente o cargo de chefe de pesquisa em economia global do grupo financeiro Goldman Sachs desde 2001. Ele é mais conhecido por ter criado o termo BRICs para se referir às economias do Brasil, Índia, Rússia e China. (GOLDMAN SACHS, 2010).

## **RESUMEN**

Se argumenta en este trabajo la importancia que tiene BRIC para las negociaciones internacionales, destacando el papel estratégico que estas cuatro naciones tienen en la competitividad mundial. Se estudian los aspectos fundamentales de las relaciones y acciones competitivas de BRIC en la agenda internacional, como una alianza estratégica que apunta a la cooperación, con un foco de una mayor inserción en el escenario internacional. El objetivo de este trabajo está en el enfoque de análisis de las acciones de crecimiento internacional de BRIC, con una atención especial a sus relaciones en el comercio internacional y la posibilidad de crear un grupo eficaz. así como las perspectivas de futuro para la cooperación y el crecimiento del grupo BRIC en el nuevo orden internacional que está surgiendo en el siglo XXI. Por fin, se presentan las respuestas – en la teoría y en la práctica – a los desafíos, así como las perspectivas futuras para la cooperación y el crecimiento del grupo BRIC en la nueva orden internacional que está surgiendo en el siglo XXI

Palabras clave: BRIC, cooperación internacional, países emergentes, nueva orden internacional.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Dados principais Brasil.....	30
TABELA 2 – Dados principais da Russia .....	33
TABELA 3- Dados principais India .....	38
TABELA 4- Dados principais da China.....	40
TABELA 5- Eventos BRIC 2001 à 2010.....	52
TABELA 6- Peso demográfico dos BRIC.....	60
TABELA 7- Área geográfica dos BRICs.....	60
TABELA 8- Crescimento do PIB dos BRICs.....	60
TABELA 9- Participação dos BRICs no PIB mundial.....	61
TABELA 10- Participação dos BRICs no Comércio mundial.....	61



## LISTA DE SIGLAS

BIRD- Banco internacional para reconstrução e desenvolvimento

EUA- Estados Unidos da América

FMI- Fundo monetário internacional

FSF- Fórum de estabilidade financeira

GS – *Goldeman Sachs*

G7- Grupo dos 7 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e o Canadá)

G9- Grupo dos 9 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá, Brasil, Índia)

G20- Grupo dos 20 (África do Sul, Brasil, México, Coreia do Sul, Indonésia, Turquia, União Européia, Rússia, Reino Unido, Austrália, Arábia Saudita, Argentina, Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, China e o Canadá)

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IDE- Investimento direto estrangeiro

MRE– Ministérios das Relações Exteriores do Brasil

OMC- Organização Mundial do Comércio

ONU- Organização das Nações Unidas

OTAN- Organização do tratado do Atlântico Norte

PIB- Produto interno bruto

TC- *Trading companies*

ZEE- Zonas econômicas especiais

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA .....	13
1.2 OBJETIVOS .....	14
<b>1.2.1 OBEJTIVO GERAL .....</b>	<b>14</b>
<b>1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....</b>	<b>14</b>
1.3 JUSTIFICATIVA .....	14
1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO .....	18
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>19</b>
2.1 QUAL É O ESPAÇO PARA AS POTÊNCIAS EMERGENTES? .....	19
<b>2.1.1 MULTILATERALISMO .....</b>	<b>21</b>
<b>2.1.2 A HEGEMONIA AMERICANA.....</b>	<b>26</b>
<b>2.1.3 PREPONDERÂNCIA REGIONAL.....</b>	<b>28</b>
2.2 COMO SURTIU O TERMO BRIC? .....	28
2.3 BRASIL, RUSSIA ÍNDIA E CHINA: FATORES COMUNS E CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS .....	29
<b>2.3.1 BRASIL: o "B" dos BRICs .....</b>	<b>30</b>
<b>2.3.2 RUSSIA: o "R" dos BRICs .....</b>	<b>33</b>
<b>2.3.3 INDIA: o "I" dos BRICs .....</b>	<b>38</b>
<b>2.3.4 CHINA: o "C" dos BRICs.....</b>	<b>40</b>
2.4 PERSPECTIVAS FUTURAS DOS BRIC NO CENÁRIO INTERNACIONAL.....	43
<b>3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS .....</b>	<b>54</b>
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	54
3.2 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS .....	56
3.3 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS .....	57
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>58</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>66</b>
5.1 LIMITAÇÕES DO MÉTODO E ESTUDO .....	68
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>70</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O mundo está vivenciando a redefinição de um novo contexto na ordem econômica mundial, com a ascensão dos países emergentes e com a deslocação da riqueza do Ocidente para o Oriente, põe-se a questão de se saber que nova ordem política virá atrás da alteração do panorama econômico, e para que estes quatro países estejam a dar uma contribuição muito importante no cenário internacional. A instituição de uma análise teórica sobre a temática abordada mostrou-se necessária para uma compreensão abrangente da totalidade das relações entre os BRIC e as instituições que organizam sua atuação, o mercado e os Estados.

As relações internacionais do mundo contemporâneo têm gerado profundos desafios de compreensão tanto para os tomadores de decisão como para a comunidade acadêmica. A crise econômica internacional de 2008 trouxe o consenso mundial de que os governos não conseguirão superar sozinhos tais adversidades e que, portanto, a cooperação é necessária e fundamental. Esses, por sua vez, têm adquirido uma fecunda preocupação para com a compreensão desse mundo complexo que se delineia no limiar do século XXI.

Os BRIC apresentam-se como um agrupamento de potências médias, isto é, aquelas nações que sozinhas não possuem muito peso nas negociações internacionais, mas que, se agrupadas em certas coalizões, conseguem maior poder de barganha para a defesa de seus

interesses perante outros. Do fortalecimento econômico, cada uma das quatro Nações<sup>2</sup> procura uma inserção internacional pautada em determinadas questões em voga nas discussões da agenda internacional<sup>3</sup>. Desse modo, vários podem ser os motivos pelos quais determinados blocos são formados.

Muitos economistas acreditam que até o final da próxima década os países que formam o chamado BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China - estarão entre as maiores economias do mundo, muito próximas de gigantes como Estados Unidos, Japão e Alemanha. Com esse incremento, os especialistas acreditam que esses países dependerão cada vez menos de mercados tradicionais, como Estados Unidos e Europa, e representarão o verdadeiro motor que impulsiona o consumo mundial.

Os governos desses países querem passar a ter uma voz mais ativa nas grandes decisões mundiais. O Brasil e a Índia pleiteiam uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU e, individualmente, cada um dos BRIC quer ter maior participação nas decisões do Fundo Monetário Internacional. Apesar do reconhecimento da importância dos BRICs na economia mundial, os países ricos ainda relutam em partilhar em pé de igualdade os grandes fóruns internacionais onde são tomadas as decisões que mais afetam o mundo globalizado.

Devem-se reconhecer as estratégias de cooperação dos BRIC em suas mais distintas áreas e territórios, sua evolução desde a elaboração do termo por Jim O'Neill<sup>4</sup>, sua contribuição para o desenvolvimento dos países inseridos e sua possível influência na

---

<sup>2</sup> A partir do tratado de Westfalia reconheceu-se o Estado como poder supremo e soberano, e iguais entre si. (PECEQUILO, 2005, p. 45)

<sup>3</sup> Neste final de século, a agenda internacional se apresenta muito diferente. A separação entre *high politics* e *low politics* deixou de existir e novos itens passaram a ocupar lugar de destaque: meio ambiente, narcotráfico, as novas bases da competitividade internacional, direitos humanos, conflitos étnico-religiosos, entre outros. Na verdade, as questões relativas à segurança estratégica não deixaram de ocupar posição de destaque, mas passaram a ser vistas de modo cada vez mais integrado a esses novos temas da agenda internacional. (SATO, 2000, p. 2)

<sup>4</sup> Jim O'Neill é um economista inglês que ocupa atualmente o cargo de chefe de pesquisa em economia global do grupo financeiro Goldman Sachs desde 2001. Ele é mais conhecido por ter criado o termo BRICs para se referir às economias do Brasil, Índia, Rússia e China. (GOLDMAN SACHS, 2010).

elaboração de um novo bloco capaz de alterar as relações internacionais do início do século XXI.

Neste estudo apresentaremos a importância que o paradigma estabelecido pelos BRIC representa para as Negociações Internacionais, destacando o papel estratégico que estas quatro Nações possuem neste ambiente de competitividade global.

## 1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Argumenta-se neste trabalho a importância da análise do contexto estratégico da iniciativa de interação dos países que formam o BRIC na disputa por novas áreas de cooperação econômica para obterem papel mais interveniente nas organizações internacionais ligadas à economia e comércio. Essa perspectiva analítica possibilita compreender o momento presente que subsidia o esclarecimento das linhas possíveis de evolução futura deste impacto na sociedade contemporânea global.

Segundo o Vice-almirante Reis Rodrigues, especialista em Defesa e Relações Internacionais, a grande transformação que está a ter lugar no mundo não resulta do declínio dos EUA, mas da ascensão de todos os outros países, conhecidos como países emergentes, destacando-se os que o economista-chefe do banco de investimento Goldman Sachs designou coletivamente em 2001 por BRIC (INFOREL, 2009).

Os BRIC também se transformaram num bloco político, mesmo que informal, pretendendo influenciar as decisões econômicas, sociais e políticas internacionais, além disso, cada um desses países têm potencial econômico para serem grandes lideranças em alguns setores. Este contexto tem importância devido ao grupo incluir os dois países mais populosos do mundo a China e Índia, os dois com maior extensão territorial e poderio armamentista que são Rússia e China, e os considerados com maior PIB que são a China e Brasil.

As relações internacionais estarão diante do alinhamento de um novo bloco geopolítico, os BRIC, que poderá influenciar as negociações internacionais entre os Estados, a partir de sua poderosa competitividade comercial?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as estratégias de política externa dos chamados BRIC, dando atenção especial às suas relações no comércio internacional e a possibilidade de criação efetiva do bloco.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Relatar o desenvolvimento das relações conjuntas dos BRIC na agenda internacional;
- Reconhecer as estratégias de cooperação dos BRIC em suas mais distintas áreas e territórios;
- Examinar a possível criação do bloco geopolítico BRIC e efetivação como novo ator internacional;

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Pensar as Relações Internacionais exige ao analista a consideração de elementos políticos, econômicos, sociais, culturais e geográficos que sejam capazes de situar um significado singular à experiência internacional do país. A combinação desses elementos e a análise dela decorrente representam, portanto, condição necessária para compreender de que maneira as Relações Internacionais de determinado país são elaboradas, bem como suas variações ao longo do processo histórico.

As Relações Internacionais do século XXI são consideradas como pluripolar<sup>5</sup>, ou seja, os pólos de poder tanto econômicos quanto geopolíticos estão concentrados em alguns centros estratégicos, sendo eles três grandes centros formados por Estados Unidos, Europa e Japão e quatro centros regionais formados por Brasil, Rússia, Índia e China. Esta nova regionalização<sup>6</sup> que se caracteriza uma tendência na diminuição do poder dos G7<sup>7</sup>, pois as quatro novas potências regionais ganharão cada vez mais espaço no cenário internacional e reivindicarão uma posição de maior destaque no mundo, dentro de órgãos como BIRD<sup>8</sup>, FMI<sup>9</sup> e ONU<sup>10</sup>.

---

<sup>5</sup> Ao contrário da estrutura bipolar do período da Guerra Fria, pela qual o mundo se dividia em duas grandes esferas de influência, o sistema internacional atual apresenta importantes centros de poder distribuídos por diferentes regiões do mundo. Kissinger vislumbra a estrutura do sistema internacional do pós - Guerra Fria como semelhante à da Europa dos séculos XVIII e XIX, isto é, multipolar ou pluripolar, no qual existiriam pelo menos seis grandes potências e uma multiplicidade de Estados médios ou menores. As seis grandes potências seriam os Estados Unidos, a Rússia, a Europa (União Européia), a China, o Japão, e a Índia. Esta estrutura, na visão kissingeriana, imporá a necessidade de adesão automática ao mecanismo do equilíbrio do poder, pelo qual Estados firmariam alianças ou participariam de regimes de colaboração próxima com o objetivo de contrabalançar o poder relativo de outros Estados (KISSINGER, 1994, p. 20-21, 23-24, 805, 810).

<sup>6</sup> Potências regionais referem-se aos países de projeção em escala regional, que na maioria das vezes foram antigas colônias subordinadas as grandes potências do sistema internacional. Os líderes regionais são definidos como pivôs, centrais em sua área de influência. Seu poderio depende da combinação do *hard* e *soft power*, somadas a sua estabilidade interna e à de sua região, na qual podem existir desequilíbrios e disputas estratégicas. Algumas classificações também os denominam de grandes países periféricos, potências médias, baleias, continentais ou países emergentes. (PECEQUILLO, 2005, p. 63)

<sup>7</sup> Os G7 são é um grupo internacional que reúne os sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo. Todos os países se dizem nações democráticas: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e o Canadá. (KANEKO, 2001, p.4)

<sup>8</sup> *The International Bank for Reconstruction and Development (IBRD) aims to reduce poverty in middle-income and creditworthy poorer countries by promoting sustainable development through loans, guarantees, risk management products, and analytical and advisory services. Established in 1944 as the original institution of the World Bank Group, IBRD is structured like a cooperative that is owned and operated for the benefit of its 186 member countries.* (THE WORLD BANK, 2010)

<sup>9</sup> *The International Monetary Fund (IMF) is an organization of 186 countries, working to foster global monetary cooperation, secure financial stability, facilitate international trade, promote high employment and sustainable economic growth, and reduce poverty around the world.* (IMF, 2010)

A crise financeira internacional de 2008<sup>11</sup> vai acelerar mudanças importantes e revelar uma nova dinâmica na economia mundial, com a substituição da predominância de economias tradicionais, como a norte-americana ou inglesa, por novas economias. Nesse cenário, o Brasil e os demais países que integram o chamado grupo do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) terão um papel decisivo a desempenhar.

O BRIC não é um bloco de integração aduaneiro<sup>12</sup> como o Mercosul, nem um bloco econômico<sup>13</sup> como a União Européia ou militar<sup>14</sup> como a OTAN. Trata-se de um conceito que está ligado aos grandes mercados emergentes, isto é, aqueles Estados que sozinhos não possuem muito poder nas negociações internacionais, mas que, se agrupadas em certas coalizões, conseguem maior poder de barganha para a defesa de seus interesses perante outros. Desse modo, vários podem ser os motivos pelos quais determinados blocos são formados<sup>15</sup>. No entanto, os últimos anos, tem-se verificado o aumento da importância que os quatro países passaram a possuir no campo econômico, principalmente após os bons resultados que alcançaram em plena crise econômica global, assim como os que sucedem a tal

---

<sup>10</sup> Organização das Nações Unidas é uma instituição internacional formada por 192 Estados soberanos, fundada após a 2ª Guerra Mundial para manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações cordiais entre as nações, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos. Os membros são unidos em torno da Carta da ONU, um tratado internacional que enuncia os direitos e deveres dos membros da comunidade internacional. (ONU, 2010)

<sup>11</sup> O acesso mais fácil ao dinheiro reduz a noção geral de risco. Tanto profissionais do mercado quanto cidadãos comuns se tornam mais propensos a investimentos ousados, em busca de lucros mais altos e rápidos. Nesse cenário, surgem as 'bolhas': um tipo de investimento -sejam ações, moedas, imóveis, empréstimos ou, em tempos mais remotos, canais, ferrovias e até tulipas- se torna uma mania e se valoriza muito além das reais possibilidades de retorno. Cria-se um círculo vicioso: quanto mais gente entra no mercado, mais ele se valoriza; quanto mais se valoriza, mais gente entra. Na crise de 2008, a bolha foi criada no mercado imobiliário americano, antes de se disseminar por outros mercados e países. Casas e apartamentos com preços em alta serviam de garantia para financiamentos imobiliários que ajudavam a elevar os preços. A espiral culminou em financiamentos de altíssimo risco para clientes sem capacidade de pagamento. (PATU, 2008)

<sup>12</sup> O Direito de Integração para uma união aduaneira permite aos países agregados uma zona de livre-comércio acrescentando com a eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias e criação da TEC, possibilitando assim uma maior harmonização da política comercial com relação a terceiros Estados. (BÖHKLE, p. 39)

<sup>13</sup> O Direito de Integração Econômica, conhecido também como bloco econômico, caracteriza-se pela junção de alguns Estados, com o intuito de fortalecer a economia destes e proporcionar mútua assistência, formando um mercado comum, forte e competitivo no âmbito mundial, tendo como meio para atingir seus objetivos a integração entre os Estados-partes. (JORGE, p.5)



período.

A justificativa para a existência da sigla BRIC, segundo seu desígnio original, é a grandeza do impacto dessas economias na economia mundial e suas capacidades de moldarem o futuro de outros atores em desenvolvimento. A partir de diversos dados demográficos, tecnológicos e econômicos, pode-se prever que a participação dos países em desenvolvimento nas exportações mundiais de bens e serviços e no PIB total tenderá a se expandir a partir dos valores atuais até 2020 conforme projeção estabelecida por Jim O'Neill.

O presente estudo justifica-se tanto do ponto de vista acadêmico como empresarial. Academicamente, se busca um melhor entendimento quanto a influência conjunta exercida entre esses quatro países perante o cenário internacional, que possuem um potencial para "mudar o mundo" tanto pelas ameaças quanto para as oportunidades, do ponto de vista econômico, social e político.

Quanto a relevância empresarial, a pesquisa contribui para que se possa perceber o potencial dos BRIC, e assim sugerir aos empresários que prestem atenção às oportunidades apresentadas por estes países. Nestes casos a ênfase usualmente se restringe à identificação de possibilidades e perspectivas futuras de seus mercados comerciais.

Estes países apresentam significativas oportunidades de desenvolvimento, além de diversas características e desafios bastante similares. Identificá-los e analisá-los ajudará a melhor descortinar os possíveis caminhos para a realização de seu potencial de desenvolvimento econômico e social.

Este estudo tem a pretensão de oferecer, informações sobre o que se afigura essencial para se apreender os elementos cruciais desta interface externa, para pesquisas ulteriores nesse campo e para o aprofundamento do conhecimento em todas as áreas porventura aqui tocadas.

---

<sup>15</sup> Em paralelo com o processo de globalização e em virtude da necessidade de ganhar "escala" de produção e mercado para poder ser ouvido no contexto das grandes decisões internacionais, os países têm se agrupado em blocos econômicos. (LARRAÑAGA, 2004, p. 200)

Na seqüência deste relatório, apresenta-se o referencial teórico que sustenta a análise dos dados, seguido do método utilizado para alcançar esses objetivos.

#### 1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo trata-se da análise das relações e ações competitivas dos BRIC na agenda internacional, como uma aliança estratégica que visa à cooperação, com foco para uma maior inserção no cenário internacional. O estudo é apresentado sob a ótica de diversos estudiosos e documentos oficiais relacionados ao tema. A abordagem tem ênfase no conceito da teoria interdependência complexa.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O presente referencial teórico serve para traçarmos as linhas de pesquisa e discussão que serão abordadas no trabalho de conclusão. Conseqüentemente, porém, poderão haver alterações sempre com o objetivo de aperfeiçoar, ainda mais, na configuração do desenvolvimento da conclusão curricular. Buscar-se-á traçar uma análise empírica da arte liberal na qual será teorizada a pesquisa deste trabalho. Serão ponderadas as variáveis endógenas e exógenas como centrais no estudo das ações dos BRIC no cenário internacional enfatizando as relações comerciais, considerando o debate em torno da possível criação do bloco e efetivação deste como um ator internacional.

Este referencial teórico será tratado após análise deste projeto e efetuação da monografia.

### **2.1 QUAL É O ESPAÇO PARA AS POTÊNCIAS EMERGENTES?**

A passagem do século tem propiciado novas arenas de disputa no âmbito das Relações Internacionais, de forma que um novo tipo de pensamento estratégico tem surgido, contemporaneamente. Após o fim da Guerra Fria, estamos presenciando um período de transição internacional, iniciado há mais de duas décadas. O término da era de rivalidade estratégica entre EUA e União Soviética propiciou ao Estado americano o início de uma

influência internacional sem precedentes. Esse momento unipolar americano abriu caminho para a distribuição de poder entre os Estados e dezenas de milhares de atores não estatais, para processos de integração e alianças estratégicas regionais que mudaram radicalmente a situação no contexto internacional atual.

[...] o sistema internacional Pós Guerra-Fria, marcado pela globalização e formação dos blocos regionais, bem como pela instabilidade estrutural que acompanha a competição econômica e o reordenamento político internacional dos anos 1990, sinalizam o início de uma nova ordem mundial. (VIZENTINI; 2005, p. 15)

Os países emergentes são caracterizados por sua fragilidade em termos de poder mundial e autonomia de decisão internacional. Dependem da articulação de alianças e de negociações internacionais, do funcionamento de foros, instituições e regimes para poderem conseguir atingir alguns dos seus objetivos de política exterior vinculados ao desenvolvimento e à sua segurança. Essas possibilidades dependem, obviamente, da estrutura de poder existente, do papel representado e da posição adotada pela potência principal.

Podemos notar na introdução do livro “Neo-hegemonia americana ou multipolaridade?” escrita pelo Prof. Paulo Fagundes Vizentini (p. 15-18; 2006) de que com o fim da Guerra Fria e da bipolaridade as teorias descritas por algumas correntes das relações internacionais como únicas, foram colocadas em cheque devido ao debate sobre a multipolaridade e/ou multilateralidade. Os blocos comerciais estão se tornando blocos políticos- sociais que tendem a ser novos atores no lugar das superpotências devido a essa nova configuração do sistema.

O país mais poderoso do mundo, sozinho não consegue cumprir as exigências para manter nem expandir a ordem internacional. Os Estados Unidos dependem do comércio internacional com outros países, principalmente na compra de matérias primas, e de alianças

estratégicas que o auxiliem na elaboração de medidas para solucionar os problemas contemporâneos – como impedir a propagação de materiais e armas de destruição em massa, manter uma economia mundial aberta, sustentar os projetos de estudos que possibilitem o entendimento das mudanças climáticas e combater o terrorismo. Em síntese, os EUA necessitam de alianças que permitam um esforço coletivo a fim de enfrentar os desafios da aldeia global do século XXI.

[...] a transição pela qual estamos passando resultou na sobrevivência de apenas uma superpotência com recursos globais de liderança à qual não se constituiu nenhum pólo rival. Não obstante a liderança política americana e sua supremacia militar global, a superpotência já não detém a primazia da competitividade, mas a compartilha com um grupo de países sem cuja cooperação nem mesmo sua supremacia militar poderia ser exercida em caráter permanente. (ALBUQUERQUE; 2005, p. 70).

As parcerias americanas que prevaleceram durante a Guerra Fria foram entre a Europa Ocidental e diversos países asiáticos, incluindo Japão, Coreia do Sul e Austrália, mas atualmente estes países não possuem os recursos e nem empenho para procurar resolver os problemas do mundo. E para ocupar o lugar destas antigas cooperações, as potências emergentes têm potencial para atender a essa necessidade. A questão é o que China, Índia, Brasil, Rússia e outros estão dispostos a fazer com a sua força crescente.

### **2.1.1 MULTILATERALISMO**

A partir do fim da Guerra Fria, os assuntos sobre distribuição de poder têm dominado grande parte das discussões das Relações Internacionais. As posições dividem-se entre aqueles que acreditam na emergência de um sistema internacional unipolar e os que antevêm o regresso de uma distribuição de poder multipolar. Dentre os vários conceitos que orientam os Estudos dos BRIC, o multilateralismo surge como uma expressão fundamental à compreensão deste atual relacionamento internacional.

Almeida comenta que durante o século XX os tratados bilaterais representavam o instrumento mais utilizado na vida econômica externa dos países que regulava os diversos aspectos da cooperação econômica e técnica, mas a partir da segunda metade deste século os acordos multilaterais começaram a suplementar as negociações internacionais. (2004, p.331)

Para compreender melhor o multilateralismo, faz-se necessário explicitar os conceitos sobre a unipolaridade e diplomacia.

A unipolaridade refere-se à distribuição de poder do sistema internacional entre as grandes potências. De acordo com Guimarães (2007, p. 29) este teor define uma distribuição de poder internacional, na qual uma única grande potência está claramente no topo da hierarquia do poder. Num sistema unipolar, a potência dominante adquire uma posição de hegemonia de criar e manter a ordem internacional de uma maneira coercitiva e unilateral, sem procurar a construção de posições consensuais.

Entende-se por estado hegemônico aquele que em função de sua superioridade poder econômico, político e militar em relação aos demais Estados está em condições de organizar o sistema internacional.

Segundo Gramsci, numa sociedade de classes, a supremacia de uma delas se exerce sempre através das modalidades complementares e, de fato, integradas, se bem que analiticamente dissociáveis, do domínio e da hegemonia. Se o domínio se impõe aos grupos antagônicos pelos mecanismos de coerção da sociedade política, a hegemonia se exerce sobre grupos sociais aliados ou neutrais, usando dos 'mecanismos' hegemônicos da sociedade civil. A teoria da hegemonia gramsciana tenta elucidar o modo pelo qual as classes dominantes e dirigentes asseguram seu poder, logrando assim o consentimento ativo dos dominados. [...]Ele recusa a noção simples de subordinação ideológica, pois mesmo que os grupos e classes dominados expressem concepções de mundo que não são as suas, o exercício da hegemonia por parte dos grupos ou classes no poder de Estado conta sempre com um consenso das classes subalternas. Trata-se, pois, de uma espécie de governo, como já foi dito, com o consentimento dos governados, ou um consenso organizado sob certa concepção de mundo. (CANDIDO; 2004, p.2)

Conforme Herzog:

According to S. Ryan Johansson, one of the contributors to *Two Hegemonies*, the word "hegemony" was used originally to describe the relationship of Athens to the other Greek city-states that joined it in an alliance against the Persian Empire. "Hegemony" in this case "mean[t] that [Athens] organized and directed their combined efforts without securing permanent political power over the other[s]." By contrast, according to the "world-system theory" of Immanuel Wallerstein, the book's final contributor, "hegemony" means more than mere leadership but less than outright empire. A hegemonic power is "a state ... able to impose its set of rules on the interstate system, and thereby create temporarily a new political order." The hegemon also offers "certain extra advantages for enterprises located within it or protected by it, advantages not accorded by the 'market' but obtained through political pressure." (2003, p.2)

Pode-se conceituar a diplomacia como um instrumento na formulação de uma estratégia e execução da política externa visando a concretização de interesses nacionais no campo internacional, para o estabelecimento e desenvolvimento dos contatos pacíficos entre os governos de diferentes Estados. . O Estado deverá ter em conta a emergência de novos atores e a sua relevância na atividade diplomática.

A Diplomacia pode ser definida genericamente como a gestão das relações internacionais pela negociação, ou pelo método através do qual essas relações são ajustadas e geridas pelos embaixadores e enviados, tendo em atenção os interesses dos diversos atores. Smith (1999) define diplomacia como "a arte de defender os interesses nacionais através da troca de informação sustentada entre governos, nações e outros grupos. Moreira (2005, pp. 74-75) define-a como "uma arte da negociação ou o conjunto das técnicas e processos de conduzir as relações entre os Estados". Schultz (1997) vem sublinhar outra vertente da diplomacia, afirmando que "a matéria-prima da diplomacia é a informação: a forma como é obtida, acedida e tratada para o benefício de outros. (MENDONÇA. p.17)

Segundo Larrañaga (2004, p.199) a diplomacia é um sinônimo de política externa dos Atores estatais que tem como referencial a existência da política externa dos outros Estados. Ela consiste na formulação de estratégias de governo, adequação da política exterior às exigências do local ou foros onde o Estado atua, e na execução da diplomacia bilateral e multilateral.

O exercício de uma hegemonia multilateral permite a contribuição para a criação de uma ordem política multilateral aplicada em um sistema político de três ou mais Estados, cujas relações se regulam por princípios gerais não-discriminatórios e recíprocos que vinculam de igual modo todos os Estados, independentemente do seu poder, incluindo

naturalmente a potência hegemônica. Pode-se definir o multilateralismo como uma forma de cooperação entre vários estados para dar resposta a problemáticas específicas que, historicamente, encontra aplicação prática primeiramente no processo negocial da Paz de Westphalia, alcançada sob o inovador sistema de diplomacia multilateral.

*Multilateralism was then defined as “international governance of the ‘many,’” and its central principle was “opposition [of] bilateral and discriminatory arrangements that were believed to enhance the leverage of the powerful over the weak and to increase international conflict.” [...] Robert Keohane defined multilateralism as “the practice of coordinating national policies in groups of three or more states.” (POWELL; 2003, p. 5-6)*

Conforme citação de Powell descrita acima pode-se comentar que o multilateralismo possui várias definições desde 1858, quando foi utilizado pela primeira vez. Atualmente considera-se o multilateralismo como uma união de poderes entre os Estados participantes de tal relação que se unem visando um bem comum.

A comunidade internacional sob a liderança dos Estados Unidos, após a dissolução da União Soviética, pôs-se de acordo ao estabelecimento de uma estrutura jurídico-institucional de âmbito mundial, com o objetivo de disciplinar as relações econômicas entre os Estados, e assim permitir a diversificação das temáticas e problemáticas na agenda internacional cujas respostas são exigidas aos atores estatais. Em tese, tratava-se de assegurar que as inevitáveis rivalidades internacionais não tomassem rumos nocivos ao bem comum. Por outro lado, a tendência acentuada do fenômeno da globalização provocou uma fragmentação das economias nacionais que encontraram sua aplicação prática nos conceitos de cooperação e integração.

Entende-se por cooperação Internacional o mecanismo pelo qual um ou mais países país ou instituições promovem o intercâmbio de experiências exitosas e de conhecimento técnico, científico, tecnológico e cultural, mediante a implementação de programas e projetos



com outros países ou organismos internacionais, assim canalizando apoios para seu desenvolvimento.

A cooperação requer que ações de indivíduos ou organizações sejam trazidas para algumas conformidades por um processo de negociação que é normalmente visto como um processo de “coordenação de políticas”. A cooperação acontece quando os atores ajustam seus comportamentos às preferências dos outros por meio desse processo de coordenação de políticas. (MENDONÇA. p.17)

O modelo de integração comunitário promove a supremacia do interesse coletivo. Para efetivação da integração, mesmo tratando-se da união de países que constituirão uma comunidade dotada de personalidade jurídica própria e autônoma em relação à personalidade dos Estados que a compõem, ela própria e os objetivos traçados em seus tratados de fundação apenas se operacionalizarão através do cumprimento de fases peculiares. Considerando os interesses dos Estados que pretendem formar um grupo regional escolhem o grau de associação pretendido, levando-se em consideração que cada nível de integração corresponde a uma renúncia crescente de competências próprias de sua soberania nacional.

O fenômeno de formação de uma comunidade política pela união de duas ou mais unidades- integração- pode apresentar-se de tipos diferenciados: nível regional, diversas unidades estatais; nível mundial todas as unidades que configuram o sistema mundial. A integração é caracterizada pela existência de condições que possibilitam avançar no caminho sem o recuso de guerras, superando as diferenças, tensões e conflitos entre as diversas unidades políticas. (OLIVEIRA; 2004 p.163)

De acordo com Mello (1999, p. 1) o panorama internacional ao final da década de 90 apresenta um caráter paradoxal e uma característica marcante atual sistema internacional é a formação de blocos de integração regional. A integração regional se apresenta como uma tendência contrária à desregulação e à fragmentação levando não só a um maior ordenamento e a uma institucionalização crescente das relações econômicas internacionais como também, em alguns casos, a um processo gradual de integração e cooperação política.

Podemos concluir que o multilateralismo fornece *locus* para a formação de coalizões, criação de normas e legitimação de práticas que afetam o comportamento internacional dos

Estados numa expressão visível da construção do *soft power* internacional. O multilateralismo será provavelmente a face mais visível das Relações Internacionais, em especial da diplomacia e das práticas diplomáticas, na atualidade. Para os países em desenvolvimento, a melhor alternativa ou, mais precisamente, a alternativa necessária é a que leva à cooperação Internacional que conduza de forma equilibrada os processos de globalização solidária.

### 2.1.2 A HEGEMONIA AMERICANA

Os Estados Unidos se tornaram a potência hegemônica incontestada no período de 1945 a 1970 e moldaram um sistema mundial de acordo com sua própria visão, tornando-se o maior produtor econômico mundial, a força política dominante e o centro cultural do sistema mundial. A partir de 1989 a política externa americana tem enfrentado o desafio de encontrar uma estratégia de os Estados Unidos exercerem a hegemonia. O ponto central que deve ser discutido para a potência tem sido a maneira de resolver o tema da liderança mediante o uso do multilateralismo ou do unilateralismo, na medida em que a agenda de política exterior norte-americana também se transforma em função das mudanças globais e transnacionais.

A discussão sobre a influência dos EUA perante as demais nações desencadeia a necessidade da análise do que se considera por hegemonia, cujo conceito já foi abordado nesta pesquisa. Esta hegemonia permite ao Estado ter capacidade de exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas que estão em desequilíbrio de tal forma que a grande potência pode impor seus desejos em nível econômico, político, militar e cultural.

A direção americana do globo, como oposta à dominação, não se assenta, claro, simplesmente em uma crença ideológica. Historicamente, tem sido o poder dos modelos americanos de produção e cultura que estenderam o alcance de sua hegemonia. Ao longo do tempo, os dois têm se tornado crescentemente unificados na esfera do consumo para oferecer um único modo de vida como padrão para o mundo. (ANDERSON; 2003, p.23)

Os Estados Unidos, desde 1967, ingressaram em um período de deterioração de sua hegemonia que se evidenciou com a crise financeira de 2007. A imagem que os Estados Unidos levaram mais de duzentos anos para construir esta sendo destruída pela guerra econômica, especialmente entre as potências, e não mais militar como no século passado. Deve-se notar que a base do poderio americano é militar e não econômico, tanto que os EUA são os grandes consumidores do mundo. As opções dos Estados Unidos parecem extremamente limitadas e não há dúvida de que continuarão a declinar como força decisiva nos assuntos mundiais na próxima década se depender de sua situação econômica.

Os sinais de queda da hegemonia norte-americana são visíveis em todos os lugares: na América Latina, onde a influência dos Estados Unidos é a mais baixa em décadas; no leste asiático, onde Washington, de má vontade, teve de negociar com a Coreia do Norte e reconhecer na China um ator indispensável à segurança regional; na Europa, onde o projeto de instalar baterias antimísseis é contestado pela Alemanha e outros países da União Européia; no Golfo Pérsico, onde os aliados de longa data, como a Arábia Saudita, perseguem objetivos regionais autônomos que, somente em parte, coincidem com os dos Estados Unidos; no seio das instituições internacionais, seja a ONU, seja o Banco Mundial. Ao mesmo tempo, as pesquisas de opinião internacionais, realizadas regularmente pelo *PEW Research Center* de Washington, apontam uma atitude sistemática de desafio à política externa norte-americana em nível quase mundial e um desgaste do "*soft power*", o fascínio exercido pelos Estados Unidos no mundo. O "sonho norte-americano" afundou, diante da imagem de um leviatã militar que exhibe apenas desprezo pela opinião pública internacional e viola as regras que os próprios Estados Unidos instituíram. A opinião mundial pode não pôr fim às guerras, mas pesa de forma mais sutil nas relações internacionais. (GOLUB; 2007, p.1)

O unilateralismo bélico, a dependências econômica nos sucessivos déficits fiscais e comerciais e a deflagração da crise que iniciou em 2007 permitem o surgimento de novos atores internacionais. Não é possível prever com exatidão o momento em que os EUA deixarão de ser hegemônicos, e nem se isso efetivamente ocorrerá. Sua força militar e tecnológica nos indica que ao menos no médio prazo não há espaço para uma nova superpotência mundial. Não é difícil, contudo, vislumbrar um futuro multipolar, tendo os EUA como a maior economia, convivendo com grupos fortes, existindo, ainda, dependência mútua.

### 2.1.3 PREPONDERÂNCIA REGIONAL

A globalização foi a causadora pela ampliação da economia internacional, oportunizando a criação de blocos regionais ordenado pelos Estados-membros, ou seja, que há um controle sobre as inconstantes do processo dentro de um espaço territorial menor, com uma inserção ordenada no mercado mundial. As organizações regionais são assentadas por tratados internacionais, de natureza ininterrupta, dotadas de personalidade jurídica própria e destinadas a tratar de assuntos referentes à segurança, comércio, política.

### 2.2 COMO SURTIU O TERMO BRIC?

O termo BRIC surgiu em 2001 após o anúncio do relatório do economista Jim O'Neill intitulado como "*Building Better Global Economic BRICs*", do grupo Goldman Sachs (2001). A sigla BRIC reporta-se à inicial de Brasil, Rússia, Índia e China, países em processo de desenvolvimento que, segundo as perspectivas do GS e na opinião de alguns especialistas serão as maiores potências econômicas do mundo. Conforme análise elaborada pelo GS, Ao longo de uma década (de 2001-2011) o peso dos BRICs irá crescer, e levantará questões importantes sobre o impacto econômico global da política fiscal e monetária desses países.

O relatório foi baseado no mapeamento do crescimento do PIB, renda per capita e movimentos financeiros desses países e a conclusão informada pela GS é de que os G7 passarão a ser G9. *In line with these prospects, world policymaking forums should be re-organized and in particular, the G7 should be adjusted to incorporate BRIC representatives.* (GOLDEMAN SACHS, 2001, p.1). Em conseqüência os BRICs deverão inserir em suas

agendas a participação de fóruns internacionais de discussão sobre as políticas mundiais e o G7 deverá ser reformulado para inserção destes países.

É importante destacar que os especialistas não previam a constituição do grupo como um bloco econômico ou a criação de uma área de livre comércio entre eles, mas indicavam uma união dessas nações visando à cooperação para alavancar suas economias em escala global e conquistar maior espaço no cenário internacional.

As perspectivas da empresa de consultoria levam em consideração que os países do BRIC continuem a manter as tomadas de decisões políticas que promovam o crescimento econômico e diminua a vulnerabilidade de conflitos internos- governamentais. Será no perfeito equilíbrio e na relação de complementaridade estabelecida entre os BRICs que poderão ter um poder inigualável, dando início a um novo cenário mundial.

### 2.3 BRASIL, RUSSIA ÍNDIA E CHINA: FATORES COMUNS E CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS

Utilizando as últimas projeções demográficas e modelos de acumulação de capital e aumento de produtividade, o Goldman Sachs realizou um estudo de mapeamento das economias dos países emergentes até 2050. Segundo o relatório os países tenderiam a aumentar sua influência política e militar sobre o resto do mundo, e assim criaram o acrônimo BRICs, conforme verificado no item anterior.

Pela análise das instituições políticas, de convivência social, das práticas culturais, religiosas, e da tolerância racial, talvez o BRIC constitua o mais heterogêneo grupo de países importantes já imaginados. Atualmente os BRICs não formam um bloco político (como a União Europeia), nem uma aliança de comércio formal (como o Mercosul) e muito menos uma aliança militar (como a OTAN), mas constituíram uma aliança através de vários tratados

de comércio e cooperação. Esta aliança poderá trazer muitos benefícios para os países integrantes, porém terão que aprender a driblar as divergências existentes em diversos setores para cooperarem.

Estando o mundo já a viver uma nova ordem mundial, mediante ao cotidiano da crise internacional, os países mais ricos sofreram os impactos mais fortes em suas economias do que os demais países. Põe-se a questão da necessidade de entender o papel de cada um dos países que compõem os BRICs para melhor entendimento do futuro dessa aliança.

### 2.3.1 BRASIL: o “B” dos BRICs

TABELA1- Dados principais Brasil

ÁREA:	8.514.215,3 km <sup>2</sup>
CAPITAL:	Brasília
POPULAÇÃO:	183,9 milhões (ano de 2009)
MOEDA:	Real (R\$)
NOME OFICIAL:	República Federativa do Brasil
IDIOMAS:	Português (oficial)
RELIGIÃO:	Cristianismo, espiritismo, judaísmo, cultos afro-brasileiros.
PIB (Produto Interno Bruto):	3, 143 trilhões de reais (ano de 2009)

CRESCIMENTO DO PIB:	9 % (ano de 2009)
---------------------	-------------------

<http://www.suapesquisa.com/paises/brasil/>

O Brasil, vem ampliando evidentemente a sua atuação diplomática nos últimos anos e pretende ser reconhecido como muito mais do que uma potência regional, por este motivo a tendência é de que trate os BRICs como uma de suas prioridades internacionais.

O artigo publicado pela GS intitulado de “*BRICs and beyond*” (2007), o próprio Goldman Sachs questiona a presença do Brasil no grupo perguntando-se se era justificável a presença do ‘B’ no ‘BRICs’. A alta taxa de juros e carga tributária, a falta de infra-estrutura, o alto custo Brasil entre tantas outras fraquezas pareciam fazer da economia brasileira a menos promissora do grupo. O Brasil, efetivamente, é o último em aumento da capacidade do Produto Interno Bruto (PIB), com crescimento médio de 3% ao ano, enquanto China e Índia chegam a 10%. Mas é importante salientar que, como o Brasil iniciou seu crescimento antes dos outros BRICs, é natural que nessa circunstância evolua a taxas menores. O próprio Jim O’Neill, foi terminante em afirmar que o PIB brasileiro não precisa crescer muito mais que 3%, mas o controle da inflação é muito mais importante, e o Brasil vem conseguindo manter esse índice em cerca de 3% há algum tempo. Com a redução da inflação, os juros tem a propensão a diminuir, o dinheiro fica mais acessível a área produtiva e as empresas fornecem mais, gerando mais consumo e emprego, e elevando o PIB.

“A criação oficial de um grupo que reúna os quatro países dos BRICs parece ser mais importante para o Brasil do que para os outros três parceiros do grupo - Rússia, Índia e China.” (MARTINS; 2009). Depois de dois anos, ao atravessar a maior crise econômica global dos últimos 80 anos de modo considerado satisfatório, o B do BRICs é considerado um

dos últimos a entrar em recessão e um dos primeiros a sair, ou seja, as perspectivas para a economia brasileira são promissoras.

Sandim e Machado (2007) explicam que a vantagem do Brasil, a longo prazo, é que os outros BRICs sofrem de problemas estruturais já enfrentados pelo país que tem mais experiência democrática e instituições fortes. Na verdade, o Brasil parece ser o único dos BRICs com instituições jurídicas bem definidas e no mercado financeiro tem procedimentos de Primeiro Mundo. O mercado de valores mobiliários conta com as melhores práticas de governança corporativa. Diferentemente do que muitos pensam a abertura de mercado também é um ponto forte do Brasil. Apesar de perder em números absolutos para outros do grupo, o país é o com mais investimentos externos diretos se analisado proporcionalmente ao seu PIB. Levando em consideração os principais ingredientes para um país se tornar uma potência econômica, tem construído um ambiente macroeconômico estável; é de longe o que apresenta instituições políticas e legais mais avançadas e, em termos de inclusão social e educação, apesar de existir ainda um longo caminho a ser percorrido.

Desde o início da década de 1990 o Brasil tem passado por um intenso processo de transformações, as quais rompem com o quadro econômico e com o quadro de políticas públicas que prevaleceram por várias décadas. O Brasil introduziu, tardiamente, o processo de abertura comercial e a integração à economia mundial como meio de promoção do crescimento. Conforme Silva (2010), a revisão da matriz neoliberal de inserção do Brasil, vigente nos anos 1990, implicou em uma redefinição das prioridades multilaterais, bilaterais e regionais. O Brasil busca uma ampla agenda multilateral e universalista, com revalorização dos fóruns multilaterais e a ampliação de parcerias estratégicas. Dessa forma, considera-se que a política externa brasileira busca aprofundar a integração regional na América do Sul, retomar a tradição multilateral do Brasil de perfil crítico às assimetrias internacionais, a busca de parcerias estratégicas com países similares em todos os continentes



Ao se aliar com tais países, o Brasil fortalecerá sua força regional na América do Sul, Ásia e África além de reforçar a posição brasileira em fóruns mais amplos e de cunho multilateral. Pode-se verificar que o Brasil não teria fortalecido sua posição no FMI sem se aliar com a China e com a Índia e que a reivindicação de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança na ONU só poderá ser feita em cooperação com esses países.

Considera-se que a médio e longo prazo, o maior desafio do Brasil será consolidar o ambiente de negócios e reduzir os níveis de corrupção governamental aos mesmos patamares dos mercados emergentes mais bem situados nesses mesmos rankings. Esta será, inevitavelmente, uma das agendas mais estratégicas para o Estado.

### 2.3.2 RUSSIA: o ‘R’ dos BRICs

TABELA 2 – Dados principais da Rússia

ÁREA:	17.075.400 km <sup>2</sup>
CAPITAL:	Moscou
POPULAÇÃO:	141,9 milhões (estimativa 2009)
MOEDA:	Rublo
NOME OFICIAL:	Federação Russa (Rossíyskaya Federátsiya).
IDIOMAS:	Russo (oficial), chuvache, calmuco, chechene
RELIGIÃO:	Cristianismo, sem religião, islamismo, ateísmo
PIB (Produto Interno Bruto):	US\$ 2,2 trilhões (2009)

CRESCIMENTO DO PIB:	4,5% (ano de 2009)
---------------------	--------------------

<http://www.suapesquisa.com/paises/china/>

A Rússia é considerada como a herdeira da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas que desempenhou um papel importantíssimo nas relações internacionais do século XX. Depois do dramático período da desintegração e em meio a um complexo e traumático processo de transição, aparecem sinais de uma estabilidade longamente esperada, e eis que surge a nova Rússia capitalista que está sendo classificada como um dos BRICs.

A Rússia que emergiu do Pós-Guerra Fria tentava combater problemáticas estruturais como a perda de seu território geopolítico, a constante influência dos Estados Unidos (EUA) e a desintegração do seu bloco soviético. Tal situação difundiu-se, em dias recentes, com a análise do plano político-social combinado em sucessos e falhas dos governos de Boris Yeltsin, Vladimir Putin e Medvedev, culminados à necessidade de redefinir a identidade e os padrões da Rússia na era pós-soviética.

Faz-se necessário entender qual o panorama que este Estado delineia para seu futuro político interno e externo. “A política russa no contexto atual baseia-se na previsibilidade e estabilidade de suas doutrinas, políticas e preferências realizadas mediante o esquema de "engajamento pragmático", com base na ampliação de cooperação multivetorial e multilateral, contando com benefícios mistos” (ZHEBIT; 2003, p.175). Para este autor, a inserção do tema de cooperação na agenda internacional considerando a aproximação do Ocidente e do Oriente, dos países ricos e pobres, dos blocos regionais e dos organismos transnacionais poderá auxiliar à Rússia a se manter como líder regional do espaço pós-soviético.

Segundo Luque (2010, p.1) ao final da gestão Putin, a Rússia conquistou o poder econômico, em grande medida, devido às altas dos preços de petróleo e gás, redescobrimo o seu status como grande poder. Apesar dessas mencionadas conquistas e o engajamento pragmático da Rússia editada na nova concepção de política externa aprovada por Vladimir Putin em 2000, a qual estabelece as prioridades da política do país cujas aspirações são globais, mas com um enfoque regional, uma competição interna de idéias e agravantes ainda fazem parte da realidade russa. Dentre os inúmeros desafios a serem enfrentados, citamos o encolhimento populacional e o conseqüente declínio da força de trabalho, bem como a dependência da economia com a extração e venda dos seus recursos naturais.

Segundo o analista de política Russa da BBC Steve Eke (2009,p.1), o Estado espera uma a reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a ampliação do Fórum de Estabilidade Financeira (FSF) e defende uma melhor coordenação de políticas sociais entre as maiores potências econômicas diante da preocupação de que do rápido crescimento do desemprego resulte em efervescência social no país.

A partir de 1999, com o governo Putin, a economia russa principiou uma fase de ligeira expansão econômica. Num período de dez anos o país apresentou significativo aumento nas taxas de crescimento do PIB, declínio nas taxas de inflação, contas fiscais e corrente superavitárias, além de um alto volume de reservas internacionais. Pode-se descrever que a elevação dos preços e do volume dos recursos naturais exportados pela Rússia como o petróleo, gás, eletricidade e hidrocarbonetos possibilitou uma rápida recuperação pós-crise de 1998.

Nesse sentido de acordo com a análise de Viera e Veríssimo (2009, p.1) sugere-se que o governo avance na implementação de políticas econômicas para fortalecer a taxa de investimento doméstica e estrangeira, entre as quais: investimentos em infra-estrutura,

parcerias entre o setor público-privado, reformas no setor bancário e financeiro, estímulos à maior integração global, desenvolvimento das zonas econômicas especiais, além de reformas institucionais para reduzir a corrupção e a burocracia.

O que a Rússia não esperava era que após um ano da crise internacional, o país enfrenta sua primeira recessão em uma década, pois é muito dependente da produção petrolífera. Mas não é só o setor de energia que está sofrendo com os efeitos das turbulências. No complexo militar industrial de alta tecnologia cerca de um terço das empresas beira a falência. Conforme também:

*If Russia is indeed falling out of BRIC, it is because that country's crisis is not financial but systemic. Russia is suffocating from the dominance of corrupt state corporations and red tape -- and oil isn't going to save it this time. The government bailed out the worst-hit state corporations and banks from financial crisis with its reserves last year, the third-largest such stock in the world. The current growth crisis followed; this massive misallocation of capital to state crony companies has depressed economic dynamism. (ASLUND; 2009, p.1)*

O conceito da sigla BRICs para a Rússia faz parte da noção de um mundo multipolar, no qual há múltiplos e competitivos centros de poder que o país vem se relacionando. Neste contexto, a Rússia possui as características típicas dos BRICs, como grande território e população, é um país industrializado e possui abundantes recursos naturais, além de possuir uma cadeira no conselho de segurança da ONU e ser considerada uma potência militar.

A Rússia tem uma relação econômica bastante próxima com a China e a Índia, mas nenhuma parceria estratégica, nem com o Brasil. Juntamente com os BRICs O governo russo pretende ter apoio para enfatizar uma maior regulamentação do sistema financeiro e monetário internacionais, e estes, ainda segundo as autoridades russas, só se tornariam eficientes quando as decisões forem coletivas e representarem os interesses de uma faixa mais

ampla de participantes, além de defender uma maior transparência daqueles governos que emitem as moedas utilizadas como reservas de valor, o que beneficiaria muito o Brasil na atratividade do setor primário. Notar que esta posição é devido ao choque que a economia russa está passando com como a perda de um terço de suas reservas internacionais e do preço do petróleo. (RUDZIT; NOGAMI; 2009, p.1)

Em relação ao comércio internacional, a Rússia depende muito das exportações de commodities, principalmente do petróleo, gás e metais que possuem grandes variações cambiais. O estudo publicado pelo IPEA sobre o comércio exterior da Índia, Rússia e China, (2010) indica que a Rússia tornou-se a maior fonte de investimento direto estrangeiro (IDE) entre os BRIC, ocupando, atualmente, a 14ª posição entre os maiores investidores externos em âmbito global. As empresas que desejarem efetuar negócios com empresas russas encontrarão um mercado com variadas oportunidades de negócio, mas devem cuidar os problemas estruturais e culturais existentes no Estado como a debilidade de seu sistema bancário, o "*business climate*" que dificulta o investimento direto, corrupção, falta de credibilidade nas instituições, a máfia, etc. Estes deveram conhecer e compreender a complexa mentalidade russa, o protocolo dos negócios, o estilo de comunicação e negociação, para poder terem uma negociação duradoura.

Os três países permanecem muito diferentes em termos de orientação estratégica e geopolítica em relação a Rússia, porém buscam maior voz ativa no cenário internacional por meio de discussões em fóruns internacionais e reuniões dos blocos em que estão inseridos. A Rússia vem mostrando ser um país com tecnologia militar desenvolvida, com alta capacidade na produção petrolífera, e atualmente é considerada uma democracia iniciante e bastante hesitante, possui uma economia em recuperação e, por isso, necessita atrair parceiros para obter cada vez mais o sucesso.

### 2.3.3 INDIA: o ‘T’ dos BRICs

TABELA 3- Dados principais Índia

ÁREA:	3.287.782 km <sup>2</sup>
CAPITAL:	Nova Délhi
POPULAÇÃO:	1, 198 bilhão (ano de 2009)
MOEDA:	Rúpia indiana
NOME OFICIAL:	República da Índia (Bharat Juktarashtra).
IDIOMAS:	hindi (oficial), línguas regionais (telugu, bengali, marati, tâmil, urdu, gujarati).
RELIGIÃO:	hinduísmo, islamismo (sunitas, xiitas), cristianismo (católicos, protestantes, ortodoxos), sikhismo, budismo e jainismo.
PIB (Produto Interno Bruto):	US\$ 1, 242 trilhões (ano de 2009)
CRESCIMENTO DO PIB:	8% (ano de 2009)

<http://www.suapesquisa.com/paises/china/>

A Índia é considerada um mercado emergente e potência econômica pertencente ao grupo dos *BRIC*, este Estado é um *mundo* de oportunidades. O mercado indiano tem-se mantido estendido desde a reforma econômica de 1991, elaborada pelo atual Primeiro-Ministro Manmohan Singh. Com a liberalização da economia, acessibilidade ao investimento direto estrangeiro, modernização do sistema financeiro e redução dos monopólios do setor público, nota-se que o crescimento econômico indiano tem manifestado

um rápido crescimento do PIB, incentivos ao IDE e às exportações. Esta reformulação do sistema econômico possibilitou o aumento dos níveis de emprego devido à aposta de incentivos no setor de tecnologia da informação.

Nesse contexto, Vieira e Veríssimo (2009, p.9) destacam que a estratégia indiana para o crescimento está envolta do exercício estatal em temas que compreendem um conjunto de políticas mais abrangentes, como a industrial, a comercial, a de infra-estrutura, a tecnológica, a educacional etc., em uma visão de desenvolvimento de longo prazo, em que o Estado continuaria desempenhando suas atividades em setores estratégicos, notadamente em infra-estrutura. O setor industrial juntamente com o setor de serviços modernos começou a ser mais desenvolvidos para impulsionar o crescimento indiano e acumular capital a uma taxa rápida. Os autores examinaram também que o aumento dos déficits fiscais que sucederam às políticas de expansão de gastos públicos pode ter influenciado na elevação das taxas médias de crescimento econômico, todavia a geração de déficits fiscais futuros findou por ter impactos adversos sobre o crescimento do Estado.

A Índia é a segunda civilização mais antiga do mundo que continua com suas raízes vivas. Para Paulo Roberto de Almeida (2009, p.1) a Índia moderna é uma “invenção” do Império britânico, e que pode dominar com competência os serviços eletrônicos que ela já oferece de maneira competitiva, mas terá de absorver na economia de mercado centenas de milhões de camponeses que ainda vegetam numa economia ancestral.

Na Índia, se, até 2002, o governo havia adotado um programa estratégico de reformas bem limitado, no qual as importações foram liberalizadas lentamente, ao mesmo tempo em que tentou estimular o setor exportador via política cambial e atração do IDE, no período posterior houve um aprofundamento da abertura. Assim, as importações e a conta capital foram liberalizadas como forma de incentivar a concorrência e não gerar desequilíbrios no balanço de pagamentos (PRATES; CINTRA, 2009).

As negociações comerciais da Índia dar-se preferencialmente com seus parceiros regionais e de interesses geográficos, destacando vendas de produtos manufaturados aos

países desenvolvidos e em desenvolvimento da Ásia. O país é importador de líquidos de combustíveis, de produtos químicos, de máquinas e materiais de transporte; e ambos são exportadores líquidos de produtos básicos e semimanufaturados. (SILBER; 2010, p. 11-20)

A Índia, país pobre, marcado por desigualdades sociais profundas, tem adotado de forma coerente uma política de liberalização econômica interna e de integração decidida na economia globalizada. Obtendo elevadas taxas de crescimento e avanço em setores de alta tecnologia, está prestes a se tornar o escritório mundial de serviços, focalizado em atrair mais capital estrangeiro. Observa-se também que não há evidências precisas de que o atual processo de crescimento da economia indiana será sustentável no longo prazo. Dependerá, sobretudo, da capacidade do setor de serviços e industrial de produzir maiores efeitos de encadeamento entre si, de forma que venham a aumentar o potencial de absorção da força de trabalho excedente no país.

#### 2.3.4 CHINA: o “C” dos BRICs

TABELA 4- Dados principais da China

ÁREA:	9.536.499 km <sup>2</sup>
CAPITAL:	Pequim
POPULAÇÃO:	1,345 bilhão (ano de 2009)
MOEDA:	Iuan
NOME OFICIAL:	REPÚBLICA POPULAR DA CHINA( Zhonghua Renmin Gongheguo).
IDIOMAS:	Mandarim (principal), dialetos regionais (principais: min, vu, cantonês).



RELIGIÃO:	Budismo, ateísmo, cristianismo, crenças tradicionais, islamismo.
PIB (Produto Interno Bruto):	US\$ 4,91 trilhões (ano de 2009)
CRESCIMENTO DO PIB:	11,9% (ano de 2009)

<http://www.suapesquisa.com/paises/china/>

A China era reconhecida nos como Dragão Adormecido na década de 70 e nota-se que até a década de 90, ostentou uma atividade econômica intensiva, que permitiu a acumulação de resultados favoráveis e conquistas no âmbito político – econômicas antes limitadas aos países do G7. A magnificência das reparações associadas ao novo posicionamento diplomático, inclusive em relação ao Ocidente, foi essencial para comutar aquele país socialista e sem muita credibilidade ao Estado Chinês que inesperadamente atraiu os olhares mundo.

A China teve sua decadência na época da guerra civil e da invasão japonesa, mas também devido aos planos da era maoísta. A rigor, a China parece reproduzir, com maior velocidade adaptativa e uma imensa ambição de recuperar rapidamente as décadas perdidas de socialismo. A importância maior da atual emergência da China encontra-se, no entanto, na análise de como esta cultura evoluiu e se adaptou aos sucessivos desafios históricos que lhe foi imposto. A China tem reiterado que sua condição atual de potência emergente deve ser entendida como uma nova fase histórica, marcada por “ascensão pacífica” do país, destinada a beneficiar seu entorno imediato e relações com o exterior. (PINTO; 2007, p.100)

Segundo Paulo Roberto de Almeida (2009, p.5), a tendência é que a China irá tornar-se a única economia emergente dos BRICs que efetivamente, tem condições de converter-se em economia dominante, além de ser uma potência tecnológica e militar. Sendo assim, o

sistema financeiro, evidenciado no desenvolvimento econômico do país, exibe uma equipe experiente de negociadores e defensores da quebra de barreiras comerciais que evidenciam o crescimento constante de investimentos estrangeiros no país, considerado um dos principais alvos das multinacionais.

A China está vivenciando a circunstância mais propícia em toda sua história, apesar de ainda preservar valores originados do sistema comunista, prossegue em direção às ações com a iniciativa privada nas esferas internacional, Estado Central, província e município. As transformações que ocorreram na China permitiram que o país rapidamente passasse de Exportação de pequenas manufaturas de baixo valor e reduzido conteúdo tecnológico a exportadora de Eletrônicos. Sendo assim, verifica-se o desenvolvimento do setor de matéria prima bruta e processada, além da aquisição de marcas globais de alta tecnologia. (SIQUEIRA, 2010)

Oliveira e Leão (2010) mencionam que partir dos anos 1980, a acelerada migração das empresas transnacionais de países desenvolvidos para nações em desenvolvimento, promoveu a integração das cadeias de produção globais e a expansão do comércio intra-firma possibilitou à China se inserir nos fluxos globais de comércio. A estratégia de inserção comercial da China estabeleceu um conjunto de incentivos a fim de promover a entrada de empresas estrangeiras exportadoras em regiões específicas do país, as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Os autores indicam que o Estado dirigiu setorialmente essa abertura (priorizando setores de alta tecnologia) e restringiu a entrada de capital estrangeiro em locais onde a indústria nacional podia ser afetada pela concorrência das empresas estrangeiras. O comércio ficou controlado pelo Estado, por meio das *Trading Companies* (TCs), fortalecendo as exportações chinesas e também o crescimento das TCs, em especial nos setores de alta tecnologia.

O setor de Petróleo & Gás, localizado, principalmente, nas áreas de Tarim, Turpan e Hami no Centro Oeste do país, é o com maior potencial de investimentos, uma vez que a China não apresenta conhecimento tecnológico suficiente para exploração em águas profundas. A possível expansão da área de Agricultura ao norte irá gerar a necessidade por investimentos significativos e no mercado de recursos naturais, há uma diversidade enorme de minérios em variados estágios de exploração.

Estima-se que a China seja em 2030 uma das grandes economias mundiais com crescimento no setor industrial em razão de sua população e tecnologia, como também no setor militar. O Estado encontra-se na transição do capitalismo de Estado para o capitalismo de mercado, mas ainda não se sabe se o governo irá continuar totalitarista ou se a China irá evoluir completamente para um país democrático aos moldes ocidentais.

#### 2.4 PERSPECTIVAS FUTURAS DOS BRIC NO CENÁRIO INTERNACIONAL

A hegemonia constitui um dos temas mais decisivos para a análise das relações internacionais contemporâneas, pois exerce um papel fundamental no desenvolvimento do moderno sistema mundial. Constata-se que as estruturas hegemônicas de poder originadas no Pós-Guerra estão estremecidas devido ao enfraquecimento da superioridade absoluta dos Estados Unidos e das regiões centrais como a União Européia pós-crise econômica de 2007, e no aumento das pressões sobre as antigas estruturas institucionais como ONU, motivos que estão favorecendo a ascensão dos países emergentes. Desta forma sugere-se uma análise sobre esta transição sistêmica a partir dos dados levantados sobre os BRICs.

O sistema mundial baseia-se numa economia articulada por diversas unidades políticas, centradas nos Estados-Nacionais. Entretanto, a ausência de uma instituição

reguladora traz o risco da anarquia, e por este motivo torna-se fundamental a existência de um órgão regulador que controle a competição entre os Estados e mantenha a coordenação entre eles para definir regras econômicas, jurídicas, políticas e militares que garanta o funcionamento do sistema. Este é o papel da ONU. Porém, verifica-se que os Estados Unidos possuem grande influência hegemônica nas diversas decisões efetuadas pelo órgão, sendo considerado o único Estado hegemônico atual.

Após a crise econômica de 2007 o governo americano conserva com dificuldades a sua hegemonia financeira, ideológica e militar, que está sendo crescentemente abalada pelas pressões do déficit na balança de pagamentos, pela crise de legitimidade do neoliberalismo e pelo terrorismo que ameaça seu poderio militar devido ao aumento dos custos de proteção. Martins (p.6) indica que quando se deterioram as bases produtivas e comerciais de uma hegemonia, a potência dominante busca manter-se na liderança, desenvolvendo um regime financeiro de acumulação. Ela utiliza o seu controle das altas finanças, para num ambiente competitivo e de disputa pelo capital circulante, drenar recursos da economia mundial para financiar seu crescimento econômico. Entretanto, ela não pode resistir à competição econômica das novas configurações de poder e ao desgaste ideológico de tornar-se um travão da economia mundial.

A atual crise financeira, deflagrada nos EUA e rapidamente disseminada para os países europeus, aparenta uma diferença importante no seu local de concentração, se comparada com crises financeiras anteriores, dos anos 1990. Em vez de ter sido gestada em países subdesenvolvidos ou em países emergentes, mais propensos a desajustes em seus índices macroeconômicos e a turbulências periódicas, a atual crise teve origem clara em fenômenos comumente relacionados a economias desenvolvidas e avançadas.

De acordo com Torres (2008), os países emergentes utilizaram a estratégia de canalizar os lucros com o comércio mundial para setores de infra-estrutura, de investimento e

de tecnologia. A lógica defendida por muitos analistas e adotada por alguns governantes foi reservar parte dos ganhos para estabilizar balanças de pagamentos e reservas internacionais que poderiam se provar estratégicas em intempéries futuras. A fórmula de estabilidade rendeu taxas de crescimento saudáveis aliadas a prudência no manejo macroeconômico. Países com potencial de desenvolvimento evidente, como Brasil, Rússia, Índia e China, lideravam o bloco dos emergentes.

A crise hipotecária estadunidense e as suas consequências nas demais economias desenvolvidas e subdesenvolvidas trouxeram à tona o termo BRIC com mais intensidade, desde finais de 2008, e com ele a proposição de que está acontecendo um *descolamento/desligamento (decoupling)* do BRIC em relação às economias mais desenvolvidas, ou seja, que de agora em diante esses quatro países serão a locomotiva do crescimento econômico mundial. (SANTOS; 2009, p.144)

Este declínio dos EUA está transformando o cenário internacional a partir do crescimento da multipolaridade com a ascensão de outros pólos de poder. Conforme visto, a idéia dos BRICs foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neill, em estudo publicado em 2001. Fixou-se como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação, e em 2006, o conceito deu origem a um agrupamento, propriamente dito, incorporado à política externa de Brasil, Rússia, Índia e China. Para o MRE do Brasil (2010) o peso econômico dos BRICs é certamente considerável, pois entre 2003 e 2007, o crescimento dos quatro países representou 65% da expansão do PIB mundial. Em paridade de poder de compra, o PIB dos BRICs já supera hoje o dos EUA ou o da União Européia. Para dar uma idéia do ritmo de crescimento desses países, em 2003 os BRICs respondiam por 9% do PIB mundial e em 2009, as economias dos quatro países somavam 14,3% da economia mundial, com um PIB conjunto de US\$ 8,9 trilhões. Considerando o PIB pela paridade de poder de compra, esse índice é ainda maior: US\$ 16,3 trilhões, ou 23%.

O conceito BRIC manifesta a existência de quatro países que particularmente tinham características que lhes permitiam ser considerado um conjunto, mas não como um instrumento concreto. A partir da Reunião dos Chanceleres dos quatro países organizada à margem da 61<sup>a</sup>. Assembléia Geral das Nações Unidas, em 23 de setembro de 2006, Brasil, Rússia, Índia e China começassem a trabalhar coletivamente, este foi o primeiro passo para a coletividade. Pode-se dizer que, então, em paralelo ao conceito “BRICs” passou a existir um grupo que passava a atuar no cenário internacional, o BRIC.

Quando se leva em consideração a importância política e geopolítica, Brasil, Rússia e Índia ganham relevância e fortalecem o grupo nos fóruns econômicos mundiais e nas organizações multilaterais. De fato, dispensando o contexto comum do grande crescimento econômico, um aspecto suscetível para que exista um bloco seria o interesse em reunir esforços para alcançar um papel mais interveniente nas organizações internacionais ligadas à economia e comércio, particularmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Ministros encarregados da área de finanças e presidentes dos Bancos Centrais dos quatro países têm se reunido freqüentemente, assim como os altos funcionários responsáveis por temas de segurança. Os temas segurança alimentar, agricultura e energia também já foram tratados no âmbito do BRIC, em nível ministerial. As cortes supremas assinaram documento de cooperação e, com base nele, foi realizado, no Brasil, curso para magistrados dos BRICs. À margem da II Cúpula realizaram-se eventos buscando a aproximação entre acadêmicos, empresários, representantes de cooperativas. Foi ainda assinado acordo entre bancos de desenvolvimento.

Observa-se que uma etapa importante de aprofundamento da institucionalização do BRIC deu-se com a elevação do nível de interação política que, desde junho 2009, com a Cúpula de Ecatimburgo, alcançou o nível de Chefes de Estado/Governo. A II Cúpula, realizada em Brasília, em 15 de abril de 2010, levou adiante esse processo. A III Cúpula, que

deverá ter lugar na China, em 2011, demonstra que a vontade política de dar seguimento à interlocução dos quatro países continua presente até o nível decisório mais alto.

Faz-se necessário acompanhar o relacionamento entre estes países. Nota-se que as relações bilaterais entre China e a Índia oscilam da cooperação à competição. Seus modelos políticos de desenvolvimento são muito diferentes, ambos possuem problemas internos como desigualdade social, pretendem exercer uma liderança regional, e estão muito dependentes de recursos energéticos cujo fluxo têm que garantir sem descontinuidade para garantir o seu crescimento econômico.

O Brasil enfrenta problemas de desigualdades sociais que demorarão algum tempo a serem solucionados, mas que estão sendo amenizados. Com todas as condições de assumir o papel de líder regional, o Brasil tem a vantagem de não enfrentar qualquer tipo de conflito regional, aliás, é mediador de alguns conflitos locais que ameaçam a estabilidade e responsabiliza-se, há cinco anos, pela missão das Nações Unidas no Haiti. Obviamente, a conquista de um lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas continua a ser um objetivo estratégico, assim como a Índia, mas esta tem a objeção do Japão e da China.

As assimetrias nas relações de trocas estão presentes nas diversas escalas geográficas. Não só em escala mundial, mas também entre os países do BRIC, a inserção comercial é extremamente desigual. No comércio internacional Brasil, Rússia, Índia e China aumentaram suas exportações e intensificou a sua influência no mercado mundial. Economicamente, os quatro países possuem métodos de desenvolvimento distintos. Destacam-se os seguintes aspectos:

- A economia brasileira caracteriza-se por ter elevada participação do consumo e mercado doméstico forte;
- O desenvolvimento russo é baseado nas vendas externas de *commodities* energéticas;

- As exportações de serviços alavancaram o crescimento da Índia que tem aumentado sua competitividade em diversos outros setores também;
- O desenvolvimento chinês é dirigido pelas exportações de manufaturas e por elevadas taxas de investimento, e o mercado consumidor interno está se expandido rapidamente.

Segundo estudo sobre o comércio internacional realizado pelo IPEA (2010) esses diferentes modelos de desenvolvimento se traduzem em distintos padrões de inserção internacional. Com o objetivo de identificar o padrão de especialização comercial de cada um dos BRIC, é preciso avaliar a competitividade que eles sustentam nas vendas de cada produto.

- O Brasil se destacou, essencialmente, em bens primários agropecuários e bens intensivos em recursos naturais.
- A China apresenta grandes vantagens em produtos intensivos em trabalho. Como destaque, é possível citar os artigos têxteis, de vestuário e bagagens.
- A Índia, por sua vez, apresenta concentração em itens considerados de menor sofisticação tecnológica, produtos primários agropecuários mineral). Artigos têxteis (intensivos em mão de obra) e artigos de joalheria (pedras preciosas e pérolas, ouro e jóias) também são destacados.
- No caso da Rússia, chama a atenção a elevada competitividade em diversos produtos primários minerais;

O comunicado do IPEA (2010) analisou também que os países do BRIC duplicaram suas exportações, a partir de 2001 em função do rápido avanço que os meios de comunicação e revistas especializadas têm destacado que esses países desempenharão importante papel num futuro próximo. Em 2008, a China exportou US\$ 1,4 trilhão, a Rússia, US\$ 471 bilhões, o Brasil, US\$ 197 bilhões, e a Índia, US\$ 179 bilhões. Só a China foi responsável por 62% de todas as exportações do BRIC, a Rússia, 21%, o Brasil, 9%, e a Índia, 8%. Quanto às importações os países BRIC quintuplicaram suas compras entre 2000 e 2008, com o aumento de US\$ 380 bilhões para US\$ 1,9 trilhão. Em termos percentuais, a participação do BRIC



elevou-se de 6% para 12%. Em 2008, só a China, importou US\$ 1,133 trilhão (60%), a Rússia, US\$ 292 bilhões (15%), a Índia, US\$ 291 bilhões (15%), e o Brasil, US\$ 182 bilhões (10%).

O futuro dos BRICs é incerto, mas de acordo com os resultados da última cúpula (2010), os países pretendem:

- Compartilhar a percepção de que o mundo está passando por mudanças importantes e rápidas, que realçam a necessidade de transformações correspondentes na governança global, em todas as áreas relevantes;
- Apoiar uma ordem mundial multipolar, equitativa e democrática, baseada no Direito Internacional, na igualdade, no respeito mútuo, na cooperação, na ação coordenada e na tomada de decisão coletiva de todos os Estados;
- Defendem a necessidade de o G-20 ser pró-ativo e formular uma estratégia coerente para o período pós-crise. Estamos prontos para contribuir para este esforço comum;
- Manifestam o forte compromisso com a diplomacia multilateral, com as Nações Unidas no papel central de lidar com os desafios e ameaças globais. Reafirmam a necessidade de uma reforma abrangente da ONU, com vistas a torná-la mais eficaz, eficiente e representativa, para que ela possa lidar com os desafios globais contemporâneos de forma mais eficaz. Reiteram a importância que atribuímos ao status da Índia e do Brasil nas questões internacionais, e compreendemos e apoiamos as suas aspirações no sentido de desempenhar um papel maior nas Nações Unidas;
- Procurar auxiliar na conclusão ambiciosa para as reformas em curso, e há muito esperadas, das instituições de Bretton Woods. O FMI e o Banco Mundial precisam urgentemente resolver seus déficits de legitimidade. Reformar as estruturas de governança dessas instituições requer, em primeiro lugar, uma mudança substancial no poder de voto, em favor das economias emergentes de mercado e dos países em

desenvolvimento, de modo a adequar sua participação nos processos decisórios ao seu peso relativo na economia mundial. Também concordamos com a necessidade de um método de seleção aberto e baseado em mérito, independentemente da nacionalidade, para os cargos de chefia do FMI e do Banco Mundial;

- Ressaltam a importância do sistema de comércio multilateral, consubstanciado na Organização Mundial do Comércio, para proporcionar um diálogo aberto, estável, equitativo e não discriminatório para o ambiente do comércio internacional. Neste contexto, comprometem-se a instar todos os Estados a resistir a todas as formas de protecionismo comercial e a lutar contra restrições disfarçadas ao comércio. Concordam na necessidade de uma solução global e equilibrada de negociações comerciais multilaterais da Rodada Doha, de forma a que se cumpra o seu mandato como rodada do desenvolvimento, com base nos progressos já realizados, inclusive no que diz respeito à questão das modalidades. Tomam nota e apoiamos fortemente a candidatura de adesão da Rússia à OMC;
- Enfatizam as seguintes iniciativas setoriais que visam o reforço da cooperação entre nossos países: a) a primeira Reunião de Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário; b) Reuniões de Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais; c) Reuniões de Altos Representantes para questões de segurança; d) o I Programa de Intercâmbio de magistrados e juízes dos países BRIC, realizada em março de 2010, no Brasil, após a assinatura, em 2009, do Protocolo de Intenções entre as Supremas Cortes dos países do BRIC; e) o primeiro Encontro dos Bancos de Desenvolvimento; f) A primeira reunião dos Chefes de Instituições Estatísticas Nacionais; g) a Conferência das Autoridades de Concorrência; h) o primeiro Encontro das Cooperativas; i) o primeiro Fórum Empresarial; j) a Conferência de think tanks;

- Apóiam igualmente outras manifestações importantes para aprofundar o relacionamento, tais como: a) a publicação conjunta de nossas respectivas instituições estatísticas nacionais; b) um estudo de viabilidade para o desenvolvimento de uma enciclopédia comum BRIC.
- Reafirmam nosso compromisso de promover a cooperação entre os países BRIC na ciência, cultura e esportes.

A Segunda Cúpula deu continuidade a temas levantados em Ecatimburgo e conduziu discussões referentes à recuperação da economia mundial (tema central da primeira reunião), cooperação econômica, além de enfatizar a importância de uma agenda de reformas às estruturas vigentes (com destaque a criação de instituições próprias e a atualização das estruturas existentes) e uma maior participação do grupo nas decisões globais. A agenda comum desses Estados baseia-se em interesses comerciais complementares; no discurso comum de defesa à multipolaridade; busca pela desconcentração de poder e na consequente construção de uma nova Ordem Internacional. Nesse sentido, espera-se que os objetivos explanados pelos quatro países em ambos os encontros (Ecatimburgo e Brasília), se solidifiquem e os progressos sejam, de fato, substanciais. Tais esforços poderão trazer à próxima Cúpula, prevista para ocorrer na China em 2011, mudanças significativas no que tange as transformações do cenário mundial contemporâneo e seus desafios.

*In general, the new projections show the BRICs as a group growing more rapidly than before. As a result, China surpasses the US earlier (2027 vs 2035) and overtakes more dramatically than before (by 2050 it is projected to be 84% larger rather than 41% before), while India too essentially catches up with the US by 2050, where before it was projected only to reach 72% of the US economy. Both Russia and Brazil's projections are also somewhat higher. The BRICs as a group now pass the G7 in 2032 rather than 2040. Stronger recent performance, the recent upward revisions to Brazil's GDP (which show the economy there now around 11% higher than previously recorded) and somewhat more optimistic assumptions about productivity growth are the main contributors. [...]Our goal is not to provide an explicit forecast (a task we leave to our country economists), but rather to provide a reasonable way of benchmarking potential across a large group of economies. (GS; 2010, p.139)*

TABELA 5- Eventos BRIC 2001 à 2010

2010	<ul style="list-style-type: none"> <li>• II Cúpula do BRIC (Brasília, 15 de abril)</li> <li>• Reunião de Altos Funcionários Responsáveis por Temas de Segurança (Brasília, 15 de abril)</li> <li>• Encontro de Cooperativas do BRIC (Brasília, 15 e 16 de abril)</li> <li>• Fórum Empresarial IBAS+BRIC (Rio de Janeiro, 14 de abril)</li> <li>• Seminário de <i>Think Tanks</i> do BRIC (Brasília, 14 e 15 de abril)</li> <li>• Encontro de Bancos de Desenvolvimento do BRIC (Rio de Janeiro, 13 de abril)</li> <li>• Encontro de Sherpas do BRIC (Brasília, 13 de abril)</li> <li>• Encontro de Ministros da Agricultura do BRIC (Moscou, 26 de março)</li> <li>• Reunião dos Chefes dos Institutos Estatísticos do BRIC (Nova York, 22 de fevereiro)</li> <li>• Reunião de coordenação paralela ao encontro do G-20 (Cidade do México, 14 de janeiro)</li> </ul>
2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>• I Encontro de Ministros de Finanças do Grupo BRIC (São Paulo, 7 de novembro)</li> <li>• III Reunião de Chanceleres do Grupo BRIC, à margem da 63ª AGNU (Nova York, setembro)</li> <li>• Reunião dos Chefes de Estado e de Governo do Grupo BRIC por ocasião da Cúpula do G-8 (Hokkaido, 9 de julho)</li> <li>• I Reunião Ministerial do Grupo BRIC (Ecatimburgo, 15-16 de maio)</li> <li>• I Reunião de Vice-Ministros do Grupo BRIC (Rio de Janeiro, 10-11 de março)</li> </ul>
2007	<ul style="list-style-type: none"> <li>• II Reunião de Chanceleres do Grupo BRIC, à margem da 62ª AGNU (Nova York, 24 de setembro de 2007)</li> <li>• 23 de novembro de 2007 – Publicação do estudo “BRICs and Beyond”, de Jim O’Neill.</li> </ul>
2006	<ul style="list-style-type: none"> <li>• I Reunião de Chanceleres do Grupo BRIC, à margem da 61ª AGNU (Nova York, Setembro de 2006)</li> </ul>
2003	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 de outubro de 2003 – Publicação do estudo “Dreaming with BRICs: the path to 2050”, de Dominic Wilson e Roopa Purushothaman .</li> </ul>
2001	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 30 de novembro de 2001 – Publicação do estudo “Building Better Global</li> </ul>

Economic BRICs”, de Jim O’Neill.
----------------------------------

<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/eventos-bric-2006-a-2010/view>

Desde os relatórios iniciais do GS, os BRICs têm obtido um impacto considerável sobre o mundo, e suas inter-relações continuam a crescer em importância. Nota-se que após a publicação do primeiro artigo, outras análises mais aprofundadas foram efetuadas e o GS continua confirmado suas projeções sobre o futuro dos BRICs. Trata-se, de uma transformação de longa duração que tenderá a recriar o mercado e a política internacional. É importante destacar, que Brasil, Rússia, China, Índia projetam uma grande transição demográfica, tecnológica, ambiental e geopolítica, a qual será determinante na atual transição do sistema internacional.

### **3 METODOS E PROCEDIMENTOS**

Este capítulo apresenta a metodologia a ser utilizada para alcançar os objetivos do estudo. Caracteriza-se a pesquisa e os procedimentos metodológicos no que se refere à coleta e análise de dados.

#### **3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA**

O objetivo geral do presente estudo foi o de analisar as estratégias de política externa dos chamados BRIC, dando atenção especial às suas relações no comércio internacional e a possibilidade de criação efetiva do bloco. Isso implicou no estabelecimento de um método de investigação que possibilitasse a busca e análise de dados relacionados à esse objetivo.

Nesse sentido, esta pesquisa caracterizou-se como um estudo exploratório, utilizando-se como estratégia a pesquisa bibliográfica e documental de caráter analítico e epistemológico a ser observado nas ações dos BRICs no contexto do cenário internacional. Sentende como exploratório- a condição de busca de maior familiaridade com o problema, a fim de torná-lo mais explícito ou predisposto à constituição de hipóteses (GIL, 2002) buscando conhecer os acontecimentos através da interpretação do método qualitativo.

A Metodologia é fundamental no processo de conhecimento, e é através dela que esclarecemos o procedimento utilizado na aquisição do conhecimento, na busca por verdades relativas e provisórias. A metodologia aplicada no presente trabalho foi a qualitativa devido à interpretação dos fenômenos internacionais e das diversas situações pelos quais os atores

internacionais estão envolvidos, enfocando a compreensão dos dados históricos analisados descritivamente conforme Laville e Dionne:

No campo geral da ciência política, um setor adquiriu uma certa autonomia: o das relações internacionais. Inscrito na política, é o setor multidisciplinar por excelência, acrescentando a seus próprios recursos as perspectivas e teorias, bem como instrumental conceitual e os instrumentos de análise das ciências humanas. Os pesquisadores procuram paralelamente, os múltiplos componentes do sistema. (LAVILLE; DIONNE, 2007, p. 269).

Segundo Goldenberg, a pesquisa qualitativa:

Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos. Estes dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los. Não existindo regras precisas e passos a serem seguidos, o bom resultado da pesquisa dependem da sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador. (GOLDENBERG, 2005, p. 53).

Uma das razões pela qual foi utilizada a pesquisa qualitativa é o fato da inexistência de regras precisas, uma vez que o assunto a ser explorado trata-se de uma análise sociológica na qual o pesquisador terá o objetivo de analisar o sistema internacional com um enfoque analítico baseado em conceitos, como o que é cultura, economia, política, capitalismo, dentre outros.

A estratégia bibliográfica e documental utilizada proporcionará um foco no trabalho desejado. De acordo com Severino (2007, p. 123), esta pesquisa utiliza dados de investigação já trabalhados por outros estudiosos, tornando-se fontes de estudos analíticos a serem examinados, a partir da qual o pesquisador irá desenvolver sua investigação e análise. Conforme comenta Barros e Lehfeld:

Pesquisa Bibliográfica: é a pesquisa exploratória que os alunos realizam para obter conhecimentos, procurando encontrar informações publicadas em livros e documentos (catálogos, folhetos, artigos, etc). Este tipo de pesquisa propiciará na maioria das vezes a elaboração de trabalhos: recapitulativos, teóricos e sintetizados, a partir da coleta, análise e interpretação das contribuições teóricas sobre determinado fato, assunto ou idéia, da reflexão e crítica pessoal e da documentação escrita. (BARROS; LEHFELD, 1986, pág. 28).

Dentro dessa perspectiva, as suposições teóricas, assumidas no início deste estudo estão entendidas como versões preliminares da compreensão do objeto que tendem a sofrer reformulações e aperfeiçoamentos durante o desenrolar da pesquisa.

### 3.2 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

“As técnicas são procedimentos operacionais que servem de mediação prática para pesquisas que devem ser compatíveis com os métodos e paradigmas epistemológicos adotados.” (SEVERINO, 2007, p. 124)

A técnica utilizada no desenvolvimento deste trabalho será efetuada por meio de uma análise bibliográfica e documental, conhecida como forma de registro e sistematização de dados permitindo assim a identificação, levantamento e exploração de documentos pesquisados.

A pesquisa foi embasada em diversos materiais de autores nacionais e internacionais como livros, artigos de periódicos, monografias, legislações, tratados, convenções, e demais materiais contribuíram para a realização deste trabalho.

Os historiadores, em geral, mas, sobretudo os de tradição francesa, conhecem bem a distinção entre história factual, ou *évènementielle*, e história analítica, ou interpretativa.[...] Essas influências se tornaram determinantes, e talvez mesmo “ditatorialmente” dominantes nas últimas décadas, nas técnicas de pesquisa, nos métodos de coleta dos dados elementares do devir histórico e, à mais forte razão, nas formas de interpretação da “matéria bruta” dessa nova história, que é constituída pelos documentos, por certo, mas também pela própria tradição oral dos homens, pelas suas “pegadas” no lodo do tempo, pelos vestígios das civilizações materiais hoje desaparecidas. (ALMEIDA, p.4, 2006)

Por essas razões, a utilização destes materiais foi de vital importância para o entendimento do tema abordado, assim como a variedade de teorias a seu respeito e suas diferentes compreensões nas diferentes culturas da humanidade.

### 3.3 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

“A interpretação de dados é o cerne da pesquisa qualitativa” (FLIK, 2004, p. 188). Nesse sentido, conforme Strauss e Corbin (1990 apud FLICK, 2004), pelo processo de interpretação, inicia-se uma representação dos dados coletados que, num primeiro momento, são fragmentados, após, conceitualizados e, em conjunto, reintegrados de novas maneiras.



Segundo Severino (2007, p. 122) esta técnica permite investigar o documento indicando sinais indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e a seus componentes psicossociais. Ela descreve, analisa e interpreta as mensagens de todas as formas de discurso, procurando ver o que está por detrás das palavras.

Para interpretar os resultados, o pesquisador precisa ir além da leitura dos dados, com vistas a integrá-los num universo mais amplo em que poderão ter algum sentido. Esse universo é o dos fundamentos teóricos da pesquisa e o dos conhecimentos já acumulados em torno das questões abordadas. Daí a importância da revisão de literatura, ainda na etapa do planejamento da pesquisa. Essa bagagem de informações, que contribui para o pesquisador formular e delimitar o problema e construir as hipóteses, é que auxilia na etapa de análise e interpretação para conferir significado aos dados. (GIL p.178, 2008)

Ao complementar as idéias acima, Minayo et AL. (2001) esclarece que a combinação dos dados coletados exige organização e análise quando objetiva os conteúdos subjetivos da pesquisa qualitativa. Dentro desse enfoque, o estudo recorreu às aspirações, crenças, valores e atitudes das pessoas, bem como aos significados dos processos, fenômenos e dinâmicas sociais, que, por sua vez, não permitem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

No início do século XXI, um grupo de países apresentou um acentuado crescimento industrial que os possibilitou idealizar a busca da liderança nos respectivos cenários regionais e, também, ao nível do espaço internacional, reivindicando novas fórmulas para o ordenamento da sociedade internacional. Os BRIC se destacam dos outros países emergentes e vêm transformando por completo o cenário do comércio mundial.

O Acrônimo publicado pela GS, em 2001 referiu-se, sugestivamente, no sentido de chamar a atenção para esses países, considerada emergentes, devido às respectivas economias terem alcançado tal nível de crescimento nos últimos anos e que em 2050, superarão países desenvolvidos como EUA, Japão, Alemanha, Grã-Bretanha, França e Itália. Nota-se que com receio de um rompimento bolsista em relação à ameaça de instabilidade econômica, após o 11 de Setembro de 2001, a GS lançou o acrônimo BRIC como alternativa de mercado. Em 2003, lançaria a tese do *Dreaming With the BRICs*, já que, do ponto de vista de quem investe, o deadline de 2003 a 2050 confere segurança e confiança, particularmente relevantes na era de insegurança e pouco ganho que se seguiu aos ataques terroristas.

Porque focar esses quatro países em particular? A primeira razão é que todos parecem dispor de recursos de poder militar, político e econômico; alguma capacidade de contribuir para a gestão da ordem internacional em termos regionais ou globais, além de algum grau de coesão interna e capacidade de ação estatal efetiva. (HURREL, p.10 2009)

Estas economias têm-se tornado matéria de crescente conveniência, graças ao atual rendimento econômico e do potencial que estes países demonstram apresentar para tornarem-

se os principais impulsores do crescimento da economia mundial. Estes países procuram desenvolver um comportamento internacional de natureza multifacetada, por forma a beneficiar das oportunidades oferecidas pelo sistema internacional, no sentido de remodelá-lo, permitindo-lhes atuar, nos respectivos contextos internacionais, com base numa perspectiva de hegemonia.

Considera-se relevante para a sociedade internacional devido ao seu peso geopolítico e geoestratégico, mas de uma significância geoeconômica em ascendência. Ademais, embora a própria realidade destes países lhes confira um peso crescente em matéria de constrangimento sobre os restantes países da sociedade internacional, o que, por si só, já é uma arma poderosa, esse peso geoeconômico não lhes garante, em termos absolutos, a sua segurança internacional.

As conformidades das relações geopolíticas e geoeconômicas referentes ao território, à reconhecida significância regional, à população, ao PIB, aos recursos naturais têm sido os alicerces sobre os quais tem assentado a cooperação entre estes países, formando-se, alianças estratégicas. Os BRIC têm estabelecido tais alianças relações entre si, especialmente em matéria de cooperação e questões econômicas. Mas é de fundamental importância observar que, paralelamente a estes esforços, os BRIC venham, já, a estabelecer contatos através de cúpulas que têm realizado.

A primeira reunião formal entre os quatro foi sediada em Moscou no ano de 2008, visando criar as condições de coordenação quadrilateral que lhes permitira obter o peso e relevância nas decisões internacionais e, simultaneamente, contribuir para a estruturação de um sistema internacional democrático e multilateral, fundado sobre o direito. Em Junho de 2009, os líderes dos Quatro voltaram a encontrar-se, em Yekaterinburg, cidade da Rússia Central, onde assinaram uma Declaração Conjunta clarificando as visões dos BRIC

relativamente às questões internacionais, e tendo, ainda, assinado um acordo sobre a segurança alimentar global.

Em pesquisa realizada pela Cepal intitulada de o Brasil e os demais BRIC a comissão divulgou os seguintes dados:

TABELA 6- Peso demográfico dos BRIC

PAÍSES	Número de Habitantes (% do Total do Mundo)
Brasil	192 2,9
Rússia	142 2,1
Índia	1140 17,0
China	1326 19,8
BRICS total	2800 41,8

Fonte: <http://www.cepal.org>

A Tabela 6 mostra que esse conjunto de países representava em 2008 42% da população total do mundo. O peso demográfico é, no entanto, bastante variado, com apenas China e Índia correspondendo em conjunto a 37% da população mundial.

TABELA 7- Área geográfica dos BRICs

PAÍSES	Área Geográfica (milhões de km <sup>2</sup> )
Brasil	8,5
Rússia	17,1
Índia	3,3
China	9,6

Fonte: <http://www.cepal.org>

Segundo a Tabela 7, ao menos três desses países têm área superior a 8 milhões km<sup>2</sup>.

TABELA 8- Crescimento do PIB dos BRICs

PAÍSES	Taxa Média Anual de Crescimento do PIB (valores constantes de 2000) 1990-1994, 1995-1999, 2000-2008 1990-2008
Brasil	2,7; 1,4; 4,1; 3,0
Rússia	10,3; -0,4; 7,7; 0,7
Índia	4,5; 6,3; 8,7; 6,4
China	12,6; 8,7; 11,7; 10,3

Fonte: <http://www.cepal.org>

A Tabela 8 mostra que no acumulado do período 1990-2008 se a economia chinesa cresceu em média acima dos 10% anuais, na Rússia essa taxa média de crescimento não atingiu um décimo da chinesa, por causa da recessão observada na década de 1990, com o final da União Soviética.

TABELA 9- Participação dos BRICs no PIB mundial

PAÍSES	Participação (%) no PIB Mundial, 1990-2008
Brasil	2,1; 2,1
Rússia	2,4; 1,1
Índia	1,4; 2,0
China	1,6; 6,5

Fonte: <http://www.cepal.org>

Como mostra a Tabela 9, esses países passaram de representar 7,5% do PIB mundial em 1990 a 11,7% em 2008. A contribuição mais expressiva foi a da China, cujo peso relativo no produto mundial mais que triplicou nesse período. A economia brasileira manteve

inalterado seu peso no cenário internacional, enquanto a importância relativa da economia russa era em 2008 menos da metade do que representava em 1990.

TABELA 10- Participação dos BRICs no Comércio mundial

PAÍSES	BRICS: Participação (%) no Comércio Mundial, 1990-2008 EXPORTAÇÕES	BRICS: Participação (%) no Comércio Mundial, 1990-2008 IMPORTAÇÕES
Brasil	0,9%; 1,0%	0,7%; 0,9%
Rússia	2,1%; 2,3%	2,1%; 1,6%
Índia	0,5%; 1,4%	0,6%; 1,7%
China	1,6%; 7,7%	1,3%; 6,0%

Fonte: <http://www.cepal.org>

Uma evolução ainda mais expressiva teve lugar em termos da presença desses países no comércio internacional. O peso dos BRICs no comércio mundial (exportações e importações) passou de 9,8% em 1990 para 22,6% em 2008, praticamente o dobro de sua presença no produto total mundial. A presença desses países foi em 2008 mais expressiva enquanto origem de exportações (11,3% do total mundial) do que como absorvedores de produtos de terceiros (9,5% das importações totais). Isso explica – como se verá a seguir – os superávits comerciais recorrentes da maior parte desses países.

A crescente liberalização do comércio mundial constituiu uma frente de expansão econômica integrando continentes e estimulando o aumento da eficiência econômica das empresas pelo incremento da concorrência. O incremento de competitividade tornou-se questão de sobrevivência para as empresas, independentemente do ramo em que elas atuam. A globalização não só exige presença nos mercados chaves, mas também aumento na produtividade, redução de custos, melhoria da quantidade dos produtos, investimentos na qualificação dos funcionários e desenvolvimento de novas tecnologias; entretanto, muitas vezes, o incremento da competitividade e a onipresença em diversos mercados são atividades

muito onerosas para a maioria das empresas. A utilização de atividades de parceria é a maneira encontrada pelas empresas não só para sobrevivência no mercado, como também para aumentarem a sua competitividade.

Cada um dos BRIC possui um entendimento claro sobre seus interesses nacionais e como podem ser mais bem defendidos, num cenário internacional que permanece ainda largamente indeterminado quanto a seus contornos políticos e econômicos. O impacto da crise mundial em cada um dos BRIC ainda está revelando as fraquezas e fortificações dos Estados, e quaisquer que sejam as limitações de cada um dos BRICs, seus governos apresentam estarem dispostos a apostar que o agrupamento pode representar um fator diferencial na futura geopolítica do sistema internacional.

Uma das mudanças geopolíticas mais significativas em anos recentes foi a emergência no cenário mundial de novos Estados relevantes nos planos global e regional. A teoria de interdependência foi resultado desse estudo foi o livro *Power and interdependence: world politics in transition*, publicado em 1977. O livro tem como base o argumento de que num mundo interdependente, o realismo é limitado para ajudar na compreensão das regras do jogo das relações internacionais. A publicação de *After hegemony* (em 1984) representa o ápice da tentativa de sintetizar o realismo estrutural e a interdependência complexa.

De forma simplificada pode-se dizer que a interdependência complexa implica em uma relação caracterizada por efeitos recíprocos entre países ou atores nos diferentes países, os quais geralmente decorrem de transações internacionais. Robert O. Keohane e Joseph S. Nye ressaltam que os efeitos recíprocos relacionados aos constrangimentos e aos riscos constituem fator essencial à definição deste termo, pois uma relação de interdependência necessariamente restringe a autonomia dos atores. Deste modo, a inexistência de constrangimentos ou riscos recíprocos não conduz à interdependência, mas à interação. Na perspectiva destes autores, a princípio, não será possível identificar se os benefícios do relacionamento serão maiores que seus custos, pois não há garantia de que as relações de interdependência gerarão benefícios mútuos e equitativos. Assim, a interdependência complexa é apresentada como um tipo de modelo ideal, oposto ao realismo político, uma vez

que o objetivo deste paradigma tradicional é explicar mudanças ocorridas nas relações internacionais, utilizando-se da noção de poder, em especial do poder da força. (ALVES, p.1)

A expansão do sistema capitalista mundial proporcionou a emergência de novos centros de poder econômico com o crescimento sem precedentes do comércio internacional, dos investimentos e dos fluxos financeiros que originaram novos tipos de relações e atores internacionais. Esta relação de interdependência entre os Estados soberanos implica relações de dependência mútua e simultânea que podem ocorrer na esfera política e, sobretudo na econômica. Este argumento baseia-se no princípio de cooperação internacional que é imprescindível para a manutenção de um sistema econômico capaz de gerar benefícios individuais e garantir a expansão do comércio exterior.

O ambiente internacional deverá ser profundamente, pois uma nova ordem mundial mais democrática, multipolar e mais legítima baseada num novo equilíbrio de forças entre as nações está emergindo. Pode-se notar que no contexto atual do cenário internacional pós-crise econômica de 2007, os países desenvolvidos tornaram-se dependentes dos países emergentes devido ao seu crescimento econômico. A cooperação internacional dos BRIC faz necessária para que os países pertencentes ao agrupamento possam juntos possuir maior voz ativa no cenário internacional em relação a assuntos de interesse nacional em que o poder hegemônico domina. Cooperando entre si conseguiram maior poder de barganha para a defesa de seus interesses perante outros.

Segundo o MRE (2010) como agrupamento, o BRIC tem um caráter informal. Não tem um documento constitutivo, não funciona com um secretariado fixo nem tem fundos destinados a financiar qualquer de suas atividades. Em última análise, o que sustenta o mecanismo como tal é a vontade política de seus membros. Ainda assim, o BRIC tem um grau de institucionalização que se vai definindo, à medida que os quatro países intensificam sua interação.

As relações entre os BRIC centralizam-se no setor econômico em que se processa o entendimento entre estes atores das relações internacionais, até porque o entrecruzamento dos interesses aconselha ao relacionamento próximo, em nome da satisfação dos interesses nacionais de cada parte. Pela análise das instituições políticas, de convivência social, das



práticas culturais, religiosas, e da tolerância racial, o BRIC constitui um grupo de países emergentes com respectivas sociedades, valores, práticas, preconceitos éticos e estéticos tão divergentes que fica bem difícil imaginar uma homogeneização entre eles, sem falar das transformações tão revolucionárias vividas por estes países.

Constata-se que a Rússia não é membro da OMC e a sua relevância no cenário advém dos preços recordes do petróleo e do gás, bem como das ogivas nucleares do país. A Índia possui elementos para tornar-se numa das principais bases industriais e tecnológicas do mundo, enquanto a China dividirá, com os Estados Unidos, o primeiro lugar no ranking das maiores economias do mundo em 2050, afirmando-se como base industrial, base tecnológica e potência militar. Ao Brasil cabe o destino de tornar-se o maior fornecedor de proteína animal e vegetal, açúcar, etanol e alimentos. Mas o caminho até alcançarem este patamar é longo e tortuoso.

Por estas razões concluí-se a análise considerando a dificuldade de prever algum processo de integração para o grupo BRICs. Para que isso possa ocorrer, políticos, governantes e empresários deverão apostar no desenvolvimento sustentável, cooperar entre si visando uma integração maior dos países em diversificados assuntos e, sobretudo, apostar na investigação e desenvolvimento tecnológico e na qualificação da mão-de-obra, para que as altas taxas de crescimento econômico se reflitam numa maior margem de atuação internacional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento do peso econômico específico das economias do Brasil, Rússia, Índia e China permitiu que fosse cunhada a expressão BRIC, como forma de identificar esse conjunto de países emergentes. Esses países passaram a ser considerados não apenas como ‘outros países em desenvolvimento’, mas como candidatos a desempenhar um papel de crescente importância no cenário mundial.

O estudo buscou identificar, por meio da teoria da interdependência complexa os elementos que possibilitaram o crescimento dessas economias emergentes com grandes dimensões geográfica e demográfica. O grupo apresenta-se como um agrupamento de potências médias, isto é, aquelas nações que sozinhas não possuem muito peso nas negociações internacionais, mas que, se agrupadas em certas coalizões, conseguem maior poder de barganha para a defesa de seus interesses perante outros. A busca por uma maior cooperação no cenário político internacional reflete o crescimento que estes países estão obtendo nos últimos anos, e que está sendo intensificado a partir das alianças feitas por estes Estados.

O objetivo principal do trabalho foi analisar as estratégias de política externa dos chamados BRIC, dando atenção especial às suas relações no comércio internacional e a possibilidade de criação efetiva do bloco. O primeiro e segundo objetivos trataram de relatar o

desenvolvimento e reconhecimento das estratégias de cooperação dos BRIC na agenda internacional. O terceiro objetivo examinou a possível criação do bloco geopolítico BRIC e efetivação como novo ator internacional.

A partir dos objetivos específicos é possível responder à questão de análise da pesquisa e sugerir que as relações internacionais estão diante do alinhamento de uma nova ordem global. A partir da ascensão deste grupo seletivo de países emergentes, os BRICs, estão influenciando as negociações internacionais entre os Estados devido à cooperação para alcançar a inserção internacional com maior peso estratégico no cenário mundial.

Identificou-se assim que, primeiramente, após divulgação do estudo da GS, o acrônimo BRIC foi associado como terminologia jornalística pelos analistas da economia mundial nas simulações e projeções quanto à evolução futura do cenário internacional. Neste contexto, atribuiu-se aos quatro países uma grande capacidade transformadora da geopolítica e da geoeconomia mundiais.

Avaliou-se também a possibilidade de que talvez os quatro países não cogitassem uma aliança estratégica se não fosse pelo acrônimo inovador criado pela GS. Talvez os quatro países tivessem realizado, de forma autônoma e independente, essa caminhada em direção à cooperação, mas parece improvável que eles o tivessem feito na ausência da sugestão corporativa na atual situação presenciada no cenário internacional.

Notou-se que importância dos BRIC nos fluxos mundiais permitiu o surgimento de maiores possibilidades de diminuição da submissão aos interesses e pressões dos países desenvolvidos, abrindo novas perspectivas para o fortalecimento Sul-Sul e diminuição dos poderes de imposição de instituições multilaterais, ao aumento do poder de barganha nas rodadas comerciais etc. Mas esta inserção, dependerá das escolhas políticas e econômicas de Brasil, Rússia, Índia e China, sobretudo do governo chinês.

Considerando os diversos pontos analisados, deve observar que existe segundo as teorias da interdependência complexa, uma nova ordem mundial emergindo nas relações internacionais. Deve-se compreender que os BRICs não constituem uma entidade formalmente reconhecida pela comunidade internacional. Dessa recente aliança poderá surgir, ou não, um grupo que vise uma maior integração, dependendo ainda das iniciativas diplomáticas dos seus governos, tomados individualmente, e daquelas que possam ser decididas coletivamente. Registra-se que desde já os governos de cada um dos BRICs decidiram conjuntamente passar a se reunir regularmente e esse fato já constitui, em si, um elemento diplomático dotado de certa relevância.

Por fim, cabe refletir, no plano diplomático, sobre a real capacidade de os BRICs constituírem uma aliança capaz de influenciar o processo atual de conformação de uma nova ordem internacional. Quaisquer que sejam as virtudes e limitações deste novo ator internacional, seus governos atuais parecem dispostos a apostar na cooperação como fator diferencial na futura geopolítica do sistema internacional.

## **5.1 LIMITAÇÕES DO MÉTODO E ESTUDO**

A pesquisa bibliográfica apresenta uma série de vantagens, pois os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. Outra vantagem da pesquisa documental é não exigir contato com os sujeitos da pesquisa. É sabido que em muitos casos o contato com os sujeitos é difícil ou até mesmo impossível. Em outros, a informação proporcionada pelos sujeitos é prejudicada pelas circunstâncias que envolvem o contato.

A pesquisa bibliográfica também apresenta limitações. As críticas mais freqüentes a esse tipo de pesquisa referem-se à não-representatividade e à subjetividade dos documentos. Muitas vezes as fontes secundárias apresentam dados coletados ou processados de forma

errada, assim um trabalho fundamentado nelas tende a reproduzir ou mesmo ampliar esses erros. Por isso convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, comparando-as cuidadosamente.

A dificuldade de predizer o tempo para concluir uma pesquisa histórica reside na interação complexa entre os dados e as idéias, situação que só se apresenta nesse tipo de pesquisa. Não são os dados que estruturam a pesquisa histórica, mas as idéias e palpites do pesquisador. Sendo impossível enquadrar, no tempo, tais palpites, o historiador pode passar semanas, meses e até anos revisando dados e mais dados, procurando juntá-los e produzir um trabalho válido que passa a ser definido em termos da sua contribuição ao conhecimento científico. (RICHARDSON, p.257, 1999)

A partir dessas observações, esse estudo se ateu a estudar as estratégias de política externa dos chamados BRIC, dando atenção especial às suas relações no comércio internacional e de cooperação. O estudo é apresentado sob a análise de diversas fontes documentais relacionadas com o devido tema e sua abordagem tem ênfase no conceito de interdependência complexa.

## 6 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Paulo Roberto de . **Relações internacionais e política externa do Brasil**. Porto Alegre. 2ªedição. Ed.da UFRGS, p.331, 2004.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O papel dos Brics na economia mundial**. Disponível em: < <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1920BricsAduaneiras.pdf>> . Acesso em: 20/08/2010.

ALVES, Patricia Vignolo. **A interdependência complexa e os direitos humanos**. Disponível em: < <http://leonildoc.orgfree.com/cursos/ri15.htm>> . Acesso em: 23/08/2010.

ANDERSON, Perry. **Força e consentimento**: aspectos da hegemonia americana. Disponível em: < [http://www.fclar.unesp.br/soc/revista/artigos\\_pdf\\_res/15/01anderson.pdf](http://www.fclar.unesp.br/soc/revista/artigos_pdf_res/15/01anderson.pdf)> . Acesso em: 01/08/2010.

ASLUND, Anders. *Take the R Out of BRIC*. Disponível em: < [http://www.foreignpolicy.com/articles/2009/12/02/kick\\_russia\\_out\\_of\\_bric?page=full](http://www.foreignpolicy.com/articles/2009/12/02/kick_russia_out_of_bric?page=full)> . Acesso em: 16 /08/2010.

BÖHLKE, Marcelo. **Integração regional e autonomia do seu ordenamento jurídico**. Curitiba. Ed. Juruá, p.39, 2002.

BRIC. **BRIC** – Brasil, Rússia, Índia e China: II Cúpula de chefes de Estado/ Governo.

Disponível em: < [www.itamaraty.gov.br/temas-mais.../saiba...bric/...ii-cupula-bric/.../file](http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais.../saiba...bric/...ii-cupula-bric/.../file)> .

Acesso em: 26/08/2010.

CANDIDO, Juliano Klevanskis. **Hegemonia e contra-hegemonia:** literatura e relações internacionais em Gramsci. Disponível em: < <http://br.monografias.com/trabalhos3/hegemonia-contra-hegemonia-literatura/hegemonia-contra-hegemonia-literatura.shtml>>. Acesso em: 26/07/2010.

EKE, Steve. **Para Rússia, BRICs são símbolo de mundo multipolar.** Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/03/090331\\_russia\\_analise.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/03/090331_russia_analise.shtml)>. Acesso em: 26/07/2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo. 6ª Edição. Ed. Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia.** Rio de Janeiro. 5ª Edição. Ed. Contraponto, p.29, 2007.

GOLUB, Philip S. **O império enxerga o seu declínio.** Disponível em: < <http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?id=2059&tipo=acervo>> . Acesso em: 01/08/2010.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro. 9ª Edição. Ed. Record, p.53, 2005.

GOLDMAN SACHS. **Carrers.** Disponível em: < <http://www2.goldmansachs.com/careers/our-firm/divisions/gir/index.html>> . Acesso em: 10/05/2010.

GOLDMAN SACHS. *Building better global economic BRICs*. Disponível em: < [www2.goldmansachs.com/.../brics/building-better.html](http://www2.goldmansachs.com/.../brics/building-better.html) > . Acesso em: 10/05/2010.

GOLDMAN SACHS. *Dreaming with BRICs*. Disponível em: < [www2.goldmansachs.com/.../brics/brics-dream.html](http://www2.goldmansachs.com/.../brics/brics-dream.html) - >. Acesso em: 10 /05/2010.

GOLDMAN SACHS. *How solid the BRICs?* Disponível em: < [www2.goldmansachs.com/.../brics/how-solid.html](http://www2.goldmansachs.com/.../brics/how-solid.html)>. Acesso em: 10/05/2010.

GOLDMAN SACHS. *BRICs and beyond*. Disponível em: < [www2.goldmansachs.com/.../brics/BRICs-and-Beyond.html](http://www2.goldmansachs.com/.../brics/BRICs-and-Beyond.html) > . Acesso em: 10 /05/2010.

HURREL, Andrew. **Os BRICs e a ordem global**. Rio de Janeiro. Ed. FGV, p.10, 2009.

HERZOG, Niall Ferguson. *Hegemony or Empire*. Disponível em: < <http://www.foreignaffairs.com/articles/59200/niall-ferguson/hegemony-or-empire>>. Acesso em: 26/07/2010.

IMF. *About the IMF*. Disponível em: < <http://www.imf.org/external/about.htm>> . Acesso em: 10/05/2010.

IPEA, Instituto de pesquisa econômica aplicada. **Rússia, Índia e China: Comércio exterior e investimento externo**. Disponível em:

[http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100413\\_comuipea431.pdf](http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100413_comuipea431.pdf)> . Acesso em: 23/08/2010.



MRE, Ministério das Relações exteriores do Brasil. **BRIC-** Agrupamento Brasil, Russia, Índia e China. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-bric>> . Acesso em: 23/08/2010.

JORGE, Helena de Araújo. **O direito de integração e os blocos econômicos da União Européia e Mercosul.** Disponível em: <[http://74.125.155.132/scholar?q=cache:BYQOuqo4vUkJ:scholar.google.com/+%22direito+de+integra%C3%A7%C3%A3o%22&hl=pt-BR&as\\_sdt=2000](http://74.125.155.132/scholar?q=cache:BYQOuqo4vUkJ:scholar.google.com/+%22direito+de+integra%C3%A7%C3%A3o%22&hl=pt-BR&as_sdt=2000)>. Acesso em: 10/05/2010.

KISSINGER, Henry. 1994. *Diplomacy*. New York, Simon & Schuster, p. 20-21, 23-24, 805, 810, 1994.

KANEKO, Gustavo. **Política comercial e estratégias nos países desenvolvidos.** Disponível em: <<http://www.fecap.br/eol/pdf/Kaneko.pdf>>. Acesso em: 10/05/2010.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre. 1ª Edição. Ed. Artmed, 1999.

LARRRAÑAGA, Félix Alfredo. **Introdução às Relações Internacionais.** São Paulo. Ed. Aduaneiras, p.199-200, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais: Teoria e História.** São Paulo. 1ª Edição. Ed. Saraiva, 2004.

MARTINS, Américo. **Brasil é o que tem mais a ganhar com a formalização dos BRICs.** Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/04/090401\\_brics\\_analise\\_americo.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/04/090401_brics_analise_americo.shtml)> . Acesso em: 08/08/2010.

MELLO, Valérie de Campos. **Globalização, regionalismo e ordem internacional.** Disponível em: < F:\Revista Brasileira de Política Internacional - Globalização, regionalismo e ordem internacional.mht> . Acesso em: 23/07/2010.

MENDONÇA, Antonio Sérgio Correia. **Diplomacia na era da informação e gestão do conhecimento.** Disponível em: <http://www.segurancaedefesa.org/conteudo/congresso/ICNSD\_3E\_texto\_pdf\_antonio\_mendonca.pdf>. Acesso em: 23/07/2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suelly Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 19. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais:** estudos de introdução. Curitiba. 2ª Edição, Editora Juruá, p. 163, 2004.

OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. **Globalização, Regionalização e nacionalismo.** São Paulo. Editora Unesp, 1999.

OLIVEIRA; Ivan Tiago Machado. LEÃO; Rodrigo Pimentel Ferreira. **A inserção diferenciada da China no comércio internacional.** Disponível em: < http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD\_CHAVE=14338> . Acesso em: 23/08/2010.

ONU. **Conheça a ONU.** Disponível em: < http://www.onu-brasil.org.br/conheca\_onu.php> . Acesso em: 10/05/2010.

PATU, Gustavo. **10 questões para entender o tremor na economia.** Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u458650.shtml> . Acesso em: 10/05/2010.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais:** temas, atores e visões. Coleção Relações Internacionais. Rio de Janeiro. 3ª Edição. Editora Vozes, p.45,63, 2004.

PINHO, D.B; VASCONCELOS, M.A.S. **Manual de Economia.** 3ª Edição. São Paulo. Editora Saraiva, 1998.

PINTO, Antonio Pereira. **China e Índia** – emergência e impacto cultural. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n1/a05v50n1.pdf>>. Acesso em: 23/08/2010.

PORTER, Michael E. **A vantagem competitiva das Nações.** Rio de Janeiro. 1ª Edição. Ed. Campus, 1989.

POWELL, Lindsey. *In Defense of Multilateralism.* Disponível em: <<http://www.environmentalgovernance.org/cms/wp-content/uploads/docs/dialogue/oct03/papers/Powell.pdf>>. Acesso em: 26/07/2010.

PRATES, Daniela Magalhães; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. **Índia:** a estratégia de desenvolvimento – da dependência aos dilemas da primeira década do século XIX. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro\\_TrajektoriasRecentes.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro_TrajektoriasRecentes.pdf)>. Acesso em: 24/08/2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3ª Edição. São Paulo. Editora Atlas, 1999.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. **O que são Relações Internacionais.** Coleção primeiros passos. 1ª Edição. São Paulo. Editora Brasiliense, 1995.

RODRIGUES, Alexandre Reis. **A “Ascensão dos demais”.** Os BRIC. Disponível em: [http://www.inforel.org/noticias/noticia.php?not\\_id=3309&tipo=2](http://www.inforel.org/noticias/noticia.php?not_id=3309&tipo=2) . Acesso em: 23/08/2010.

RUDZIT; Gunther. NOGAMI; Otto. **Os emergentes emergem e determinam o novo tom da política internacional?.** Disponível em: < <http://mundorama.net/2009/03/19/os-emergentes-emergem-e-determinam-o-novo-tom-da-politica-internacional-por-gunther-rudzit-otto-nogami/>> . Acesso em: 26/07/2010.

SARAFATI, Gilberto. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo. 1ª Edição. Ed. Saraiva, 2005.

SANDIM, Thiago; MACHADO, Sérgio Carvalho; **Brasil: um BRIC de muito potencial**. Disponível em: < [http://www.capitalaberto.com.br/ler\\_artigo.php?pag=2&i=1406&sec=24](http://www.capitalaberto.com.br/ler_artigo.php?pag=2&i=1406&sec=24)> . Acesso em: 10/08/2010.

SATO, Eiiti. **A agenda internacional depois da guerra fria: novos temas e novas percepções**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a07.pdf>> . Acesso em: 10/05/2010.

SANTOS, Leandro Bruno. **A geografia dos investimentos diretos externos e do comércio internacional do BRIC**. Disponível em: < <http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/viewFile/9025/6239>> . Acesso em: 10/08/2010.

SILVA, André Luiz Reis da. **As transformações matriciais da Política Externa Brasileira recente (2000-2010)**. Disponível em: < <http://meridiano47.info/2010/07/30/as-transformacoes-matriciais-da-politica-externa-brasileira-recente-2000-2010-por-andre-luiz-reis-da-silva/>> . Acesso em: 23/08/2010.

SCHIMIED, Julie. **Cenários da integração regional: os desafios da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) o novo caminho da integração na América do Sul**. Disponível em: <[http://www.adenauer.org.br/livros/caderno/01\\_07schmied.pdf](http://www.adenauer.org.br/livros/caderno/01_07schmied.pdf)> . Acesso em: 05/07/2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo. 23ª Edição. Ed. Cortez, p.123, 2007.

SILBER, Simão Davi. **Setores exportador e importador da Índia**. Disponível em: < <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/6/22566/LCBRSR157Sim%E3oDaviSilber.pdf>> . Acesso em: 23/08/2010.

SIQUEIRA, Leonardo. **China: ameaça ou oportunidade?**. Disponível em: < <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/china-ameaca-ou-oportunidade/44467/>>. Acesso em: 24/08/2010.

TORRES, Igor G. **Comércio Internacional no século XX**. 1ª Edição. São Paulo. Ed. Aduaneiras, 2000.

TORRES; Heitor Figueiredo Sobral. **A crise financeira e as economias emergentes**. Disponível em: < <http://meridiano47.info/2008/11/19/a-crise-financeira-e-as-economias-emergentes-por-heitor-figueiredo-sobral-torres/>>. Acesso em: 10/08/2010.

THE WORLD BANK. **IBRD**. Disponível em: < <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/EXTIBRD/0,,menuPK:3046081~pagePK:64168427~piPK:64168435~theSitePK:3046012,00.html>> . Acesso em: 10/05/2010.

VIZETINI, Paulo Fagundes. **O mundo pós-Guerra Fria: o desafio do (ao) “Oriente”**. 1ª Edição. Porto Alegre. Leitura XXI, p.15-18, 2005.

VIEIRA; Flávio Vilela. VERÍSSIMO; Michelle Polline. **Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182009000300004&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182009000300004&lang=pt)> . Acesso em: 16/08/2010.

ZHEBIT; Alexander. **A Rússia na ordem mundial: com o Ocidente, com o Oriente ou um pólo autônomo em um mundo multipolar?**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n1/a08v46n1.pdf>> . Acesso em: 16/08/2010.

